



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLITICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

**DESARROLLO Y COOPERATIVISMO EN AMERICA LATINA: ESTUDIO DE
CASO DE LA COOPERATIVA GLOBAL CAFÉS EN EL HUILA - COLOMBIA**

ONIAS ARNULFO MEDINA BERMUDEZ

Foz do Iguaçu
2025



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLITICA
(ILAESP)**

**DESENVOLVIMENTO RURAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR**

DESARROLLO Y COOPERATIVISMO EN AMERICA LATINA: ESTUDIO DE CASO DE LA COOPERATIVA GLOBAL CAFÉS EN EL HUILA - COLOMBIA

ONIAS ARNULFO MEDINA BERMUDEZ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Orientador: Prof. Dr. Valdemar Joao Wesz Junior

Foz do Iguaçu
2025

ONIAS ARNULFO MEDINA BERMUDEZ

DESARROLLO Y COOPERATIVISMO EN AMERICA LATINA: ESTUDIO DE CASO DE LA COOPERATIVA GLOBAL CAFÉS EN EL HUILA - COLOMBIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Valdemar Joao Wesz Junior
UNILA

Prof. Dr. Dirceu Basso
UNILA

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira
UNILA

Foz do Iguaçu, 05 de junho de 2025.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor: ONIAS ARNULFO MEDINA BERMUDEZ

Curso: Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria

Tipo de documento:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> graduação | <input type="checkbox"/> artigo |
| <input type="checkbox"/> especialização | <input checked="" type="checkbox"/> trabalho de conclusão de curso |
| <input type="checkbox"/> mestrado | <input type="checkbox"/> monografia |
| <input type="checkbox"/> doutorado | <input type="checkbox"/> dissertação |
| | <input type="checkbox"/> tese |
| | <input type="checkbox"/> CD/DVD – Obras audiovisuais |

Título do trabalho acadêmico: Desarrollo y Cooperativismo em América Latina: Estúdio de caso de la cooperativa Global Cafés en el Huila - Colombia

Nome do orientador: Valdemar Joao Wesz Junior

Data da Defesa: 05 de junho de 2025

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 05 de junho de 2025

ONIAS ARNULFO MEDINA BERMUDEZ

Assinatura do Responsável

MEDINA BERMUDEZ, Onias Arnulfo. **Desarrollo y cooperativismo en América Latina**: Estudio de caso de la cooperativa Global Cafés en el Huila – Colombia. 2025. 60 p. Trabajo de Conclusión de Curso (Desarrollo Rural y Seguridad Alimentaria) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMEN

Esta investigación analiza el impacto del cooperativismo agropecuario en el desarrollo rural de América Latina, mediante un estudio de caso de la Cooperativa Global Cafés, ubicada en el municipio de La Plata, Huila (Colombia). El objetivo consiste en comprender cómo el modelo cooperativo incide en las condiciones económicas, sociales y ambientales de los caficultores asociados. Se utiliza una metodología mixta que combina revisión documental, análisis de datos secundarios y entrevistas semiestructuradas a actores clave. Los resultados muestran que el cooperativismo contribuye al acceso a crédito, al aumento de ingresos, a la adopción de prácticas sostenibles y al fortalecimiento organizativo. No obstante, persisten desafíos como la limitada infraestructura propia, el individualismo persistente entre algunos productores, la baja participación juvenil y la exposición al cambio climático. Se concluye, a partir del caso estudiado, que el cooperativismo agropecuario representa una estrategia efectiva para impulsar un desarrollo rural inclusivo, equitativo y resiliente en América Latina.

Palabras-clave: Cooperativismo, Desarrollo Rural, Caficultura, Huila, América Latina.

MEDINA BERMUDEZ, Onias Arnulfo. **Desenvolvimento e cooperativismo na América Latina**: Estudo de caso da cooperativa Global Cafés em Huila – Colômbia. 2025. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa analisa o impacto do cooperativismo agropecuário no desenvolvimento rural da América Latina, por meio de um estudo de caso da Cooperativa Global Cafés, localizada no município de La Plata, Huila (Colômbia). O objetivo é compreender como o modelo cooperativo influencia as condições econômicas, sociais e ambientais dos cafeicultores associados. Utiliza-se uma metodologia mista que combina revisão documental, análise de dados secundários e entrevistas semiestruturadas com atores-chave. Os resultados mostram que o cooperativismo contribui para o acesso a crédito, o aumento da renda, a adoção de práticas sustentáveis e o fortalecimento organizacional. Contudo, persistem desafios como infraestrutura própria limitada, individualismo persistente entre alguns produtores, baixa participação juvenil e exposição às mudanças climáticas. Conclui-se, a partir do caso estudado, que o cooperativismo agropecuário representa uma estratégia eficaz para impulsionar um desenvolvimento rural inclusivo, equitativo e resiliente na América Latina.

Palavras-chave: Cooperativismo, Desenvolvimento Rural, Cafeicultura, Huila, América Latina.

MEDINA BERMUDEZ, Onias Arnulfo. **Development and cooperativism in Latin América**: Case study of the Global Cafés Cooperative in Huila – Colombia. 2025. 60 p. Undergraduate Thesis (Rural Development and Food Security) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2025.

ABSTRACT

This research analyzes the impact of agricultural cooperativism on rural development in Latin America through a case study of the Global Cafés Cooperative, located in the municipality of La Plata, Huila (Colombia). The objective is to understand how the cooperative model influences the economic, social, and environmental conditions of associated coffee growers. A mixed methodology is employed, combining document review, analysis of secondary data, and semi-structured interviews with key stakeholders. The results show that cooperativism contributes to access to credit, increased income, adoption of sustainable practices, and organizational strengthening. However, challenges persist, such as limited infrastructure, persistent individualism among some producers, low youth participation, and exposure to climate change. Based on the case studied, it is concluded that agricultural cooperativism represents an effective strategy to promote inclusive, equitable, and resilient rural development in Latin America.

Keywords: Cooperativism, Rural Development, Coffee Farming, Huila, Latin America.

SUMARIO

1.	INTRODUCCION.....	1
1.1	PLANTEAMIENTO DEL PROBLEMA.....	1
1.2	OBJETIVOS	2
1.3	METODOLOGIA.....	3
2.	DEFINICIÓN, HISTORIA Y DESARROLLO DEL COOPERATIVISMO ..	5
2.1	DEFINICION, OBJETIVOS Y PRINCIPIOS DEL COOPERATIVISMO	5
2.2	ORIGENES HISTORICOS Y PRIMERAS EXPERIENCIAS DE COOPERATIVAS (1771-1900)	9
2.3	COOPERATIVISMO MODERNO (1900 – 2000)	11
2.4	COOPERATIVISMO SIGLO XXI Y TENDENCIAS ACTUALES.....	13
2.5	MODELOS LEGALES Y TIPOS DE COOPERATIVAS	16
3.	COOPERATIVISMO AGROPECUARIO EN AMERICA LATINA	19
3.1	CONTEXTUALIZACION DEL COOPERATIVISMO AGROPECUARIO LATINOAMERICANO.....	19
3.2	CASOS DE ESTUDIO COOPERATIVAS DE CAFÉ	21
3.3	DESAFIOS Y LIMITACIONES.....	27
3.4	IMPACTOS ECONOMICO, SOCIAL Y AMBIENTAL	29
4.	ESTUDIO DE CASO EN COLOMBIA: COOPERATIVA GLOBAL CAFÉS DEPARTAMENTO DEL HUILA.....	31
4.1	CONTEXTO TERRITORIAL Y CAFICULTOR EN EL DEPARTAMENTO DEL HUILA.....	31
4.2	HISTORIA Y EVOLUCION DE GLOBAL CAFÉS.....	33
4.3	ESTUDIO DE CASO.....	35
4.4	ANALISIS DE IMPACTO (económico, social y ambiental).....	38
4.5	DESAFIOS ACTUALES DE GLOBAL CAFÉS	41
5.	CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES	44
5.1	CONCLUSIONES	44
5.2	RECOMENDACIONES	45
	REFERENCIAS.....	47

1 INTRODUCCION

1.1 Planteamiento del problema

El cooperativismo ha emergido como una alternativa viable para el desarrollo económico y social en diversas regiones del mundo, particularmente en áreas rurales y comunidades marginadas. Como señala Coque (2001, p. 1), “el cooperativismo representa papeles importantes en zonas pobres de todo el mundo, especialmente en los ámbitos rurales”. En un contexto global caracterizado por una creciente desigualdad, los desafíos económicos y una profunda crisis ambiental, el cooperativismo se presenta como una respuesta eficaz y sostenible para abordar estos problemas de manera inclusiva.

Según Minguet, el cooperativismo es un “movimiento socio económico de carácter mundial constituido por asociaciones económicas cooperativistas en las que todos los miembros son beneficiarios de su actividad según el trabajo que aportan a la cooperativa” (Minguet, 2003, p. 15).

Desde sus primeras manifestaciones en el siglo XVIII hasta su consolidación como un sistema moderno en el siglo XXI, las cooperativas han desempeñado un papel fundamental en la generación de empleo, la inclusión financiera y la construcción de economías más justas y solidarias. En América Latina y, en particular, en Colombia, el cooperativismo ha tenido una influencia significativa en distintos sectores productivos, destacándose especialmente en el ámbito agropecuario (Coque, 2002). El cooperativismo agrícola moderno en América Latina “surgió a principios del siglo XX en Honduras, México, Argentina, Brasil o Uruguay, impulsado por emigrantes europeos. Sin embargo, no se desarrollaría y extendería significativamente a otros países hasta los años treinta y, sobre todo, desde la segunda guerra mundial hasta la década de los sesenta” (Coque, 2002, p. 9).

A pesar de su creciente presencia y reconocimiento, el cooperativismo enfrenta varios desafíos que limitan su expansión y sostenibilidad, tanto a nivel global como en América Latina y Colombia. Entre estos desafíos se incluyen la falta de conocimientos sobre su funcionamiento, el acceso limitado a mercados internacionales, la competencia con grandes corporaciones y la escasa adaptación a las nuevas dinámicas climáticas

(Mogrovejo et al, 2012). En Colombia, el cooperativismo ha sido un pilar fundamental en la economía rural, especialmente en la producción cafetera. En este sector, las cooperativas han permitido a los pequeños productores acceder a mejores condiciones de comercialización, financiamiento y asistencia técnica. (FNC, 2025).

En este contexto de desafíos y oportunidades, resulta esencial analizar experiencias concretas que permitan evaluar el impacto real del cooperativismo. La cooperativa Global Cafés, ubicada en el departamento del Huila, representa un caso relevante debido a su trayectoria y su influencia en el sector rural colombiano. Este trabajo busca interpretar estas dinámicas mediante un estudio detallado de esta cooperativa, analizando su historia, evolución, impacto y desafíos actuales, con el fin de comprender mejor las dinámicas que afectan al cooperativismo en Colombia y proponer recomendaciones que fortalezcan este modelo como herramienta de desarrollo rural.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo General

Analizar el desarrollo histórico y actual del cooperativismo, enfocándose en sus desafíos y tendencias contemporáneas, con especial atención a su impacto en América Latina y en el estudio de caso de la cooperativa Global Cafés en el Huila - Colombia.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Examinar los principales desafíos estructurales que enfrentan las cooperativas en la región Latinoamericana.
- Analizar la evolución, la estructura organizativa y los impactos económicos, sociales y ambientales de la cooperativa de caficultores Global Cafés en el departamento del Huila – Colombia.
- Identificar los desafíos actuales que enfrenta la cooperativa Global Cafés en su contexto productivo y organizacional.

1.3 Metodología

La metodología utilizada en esta investigación combina enfoques cualitativos y cuantitativos, con el fin de cumplir los objetivos propuestos. Inicialmente, se realizará una revisión bibliográfica que aportará solidez teórica y respaldo conceptual al trabajo. Según Vilanova, “la revisión bibliográfica es la recopilación sistemática de la información publicada relacionada con un tema. Realizar una búsqueda bibliográfica es un proceso complejo y fundamental en el contexto de un proyecto de investigación” (Vilanova, 2012, p. 109).

En cuanto al enfoque cualitativo, Carazo explica que:

esta consiste en el contraste de teoría(s) ya existente(s) a partir de una serie de hipótesis surgidas de la misma, siendo necesario obtener una muestra, ya sea en forma aleatoria o discriminada, pero representativa de una población o fenómeno objeto de estudio. Por lo tanto, para realizar estudios cuantitativos es indispensable contar con una teoría ya construida, dado que el método científico utilizado en la misma es el deductivo (Carazo, 2006, p. 168-169).

En esta investigación se empleará un enfoque metodológico mixto. El análisis cuantitativo se basará en datos secundarios recopilados de documentos oficiales y fuentes estadísticas relevantes para el sector cafetero del Huila. De manera complementaria, se adoptará un enfoque cualitativo mediante la realización de entrevistas semiestructuradas a siete asociados de la cooperativa Global Cafés. Estas entrevistas se llevarán a cabo entre los días 2 y 12 de mayo de 2025, a través de llamadas realizadas por la aplicación de WhatsApp. La modalidad elegida responde a las condiciones de conectividad limitada y a los niveles de escolaridad de la población rural participante, así como a las restricciones de tiempo y recursos que impidieron la realización del trabajo de campo de forma presencial. Aunque también se intentó contactar a algunos dirigentes de la cooperativa para su participación, no fue posible concretar dichas entrevistas. El guion de preguntas utilizado se presenta en el Anexo 1, y la modalidad de diálogo abierto permitió que los participantes respondieran con libertad y espontaneidad. Cabe señalar que todos los participantes entrevistados autorizaron explícitamente el uso de sus nombres reales en esta investigación.

Este documento se estructura en cinco capítulos. En el primer capítulo se presenta el planteamiento del problema, los objetivos y la

metodología. En el segundo capítulo se aborda la historia y el desarrollo del cooperativismo a nivel global, detallando sus principios y su evolución. El tercer capítulo se centra en el cooperativismo agropecuario en América Latina, examinando su contexto, desafíos e impactos. En el cuarto capítulo, se desarrolla el estudio de caso de la cooperativa Global Cafés en el departamento del Huila en Colombia, analizando su historia, su impacto multidimensional y los desafíos actuales. Finalmente, el quinto y último capítulo presenta las conclusiones y recomendaciones derivadas de este estudio.

2. DEFINICIÓN, HISTORIA Y DESARROLLO DEL COOPERATIVISMO

2.1 Definición, Objetivos y principios del Cooperativismo

El cooperativismo es un modelo socioeconómico basado en la asociación voluntaria de personas de una determinada región cuyo objetivo principal es satisfacer necesidades y aspiraciones comunes, mediante la conformación de una empresa de propiedad colectiva o grupal, gestionada democráticamente (ACI, 2024). Como señala Minguet (2003), el movimiento cooperado es un modelo socioeconómico a nivel mundial constituido por asociaciones económicas cooperativistas, en las que todos los socios son beneficiarios del resultado de su actividad en función del trabajo que aportan a la cooperativa.

En esta misma línea, Fernández, basándose en la declaración de la Alianza Cooperativa Internacional (ACI) de 1995, define una cooperativa como “una asociación autónoma de personas que se han unido voluntariamente para hacer frente a sus necesidades y aspiraciones económicas, sociales y culturales comunes, por medio de una empresa de propiedad conjunta y democráticamente controlada” (Fernández, 2006, p. 239).

El cooperativismo tiene como objetivo principal el bienestar integral de sus miembros y de la comunidad en general, promoviendo el desarrollo económico, social y cultural, sobre la base de la cooperación, la solidaridad y la autogestión. A diferencia de las empresas con fines lucrativos, las cooperativas no persiguen el enriquecimiento individual, sino el beneficio común de sus asociados y del entorno donde operan.

Dentro del cooperativismo se pueden destacar tres objetivos fundamentales: económicos, sociales y culturales. En relación a los objetivos económicos, Farias y Gil destacan que:

O cooperativismo propõe conciliar, através das cooperativas, o capital e o trabalho, valorizando sempre, em primeiro lugar, o fator trabalho. Dessa forma, através de uma cooperativa, os associados passam a controlar não apenas o seu próprio capital, como também o seu potencial de trabalho, na medida em que cada associado é dono de uma parte ideal da cooperativa da qual ele é sócio (Farias & Gil, 2013, p. 52).

Conforme lo anterior, en las cooperativas, los socios no solo aportan trabajo, sino que también son copropietarios de la entidad y participan

activamente. Esta condición les permite tener un control directo sobre el capital colectivo y su uso, lo que genera una relación más equitativa entre capital y trabajo, superando la tradicional subordinación del trabajador al capitalista que caracteriza a las empresas convencionales.

En cuanto a los objetivos sociales, los mismos autores enfatizan que:

O cooperativismo visa à valorização da pessoa humana e não simplesmente do capital. Em uma empresa capitalista o valor principal é o capital. Quem detém maior capital, detém mais poder de influenciar nas decisões. Em uma cooperativa, ocorre justamente o contrário: todos são iguais e receberão o retorno econômico de suas atividades na razão do seu trabalho, ou seja, na proporção das atividades que realizarem junto à cooperativa (Farias & Gil, 2013, p. 51).

Aquí se evidencia que el cooperativismo coloca en el centro de su accionar a la persona humana, reconociendo su dignidad, capacidades y derechos en igualdad de condiciones. Contrario al modelo capitalista donde el capital otorga poder de decisión, en la cooperativa todos los miembros tienen voz y voto bajo el principio de igualdad, y los beneficios se distribuyen con base en la participación activa y el esfuerzo colectivo, no en el monto del aporte económico.

Respecto a los objetivos culturales, Farias y Gil afirman que:

Para o cooperativismo, a solidariedade e a cooperação não devem existir apenas nas relações entre os indivíduos que formam uma cooperativa, mas também deve nortear as relações entre as próprias cooperativas que não podem competir entre si, mas trabalhar de forma conjunta para o fortalecimento do próprio sistema cooperativo (Farias & Gil, 2013, p. 53).

Esta visión plantea una ética cooperativa que trasciende la relación interna de los socios, extendiéndose a la colaboración entre diferentes cooperativas. La solidaridad intercooperativa fortalece al conjunto del sistema, fomenta redes de apoyo mutuo y evita la competencia destructiva, consolidando un modelo económico basado en la reciprocidad, el bien común y el desarrollo sostenible compartido.

Los principios cooperativos constituyen las directrices esenciales mediante las cuales las cooperativas ponen en práctica sus valores y orientan

su organización, funcionamiento y proyección social. Estos principios fueron formulados inicialmente a partir de la experiencia de los pioneros de Rochdale en 1844 y han sido revisados por la ACI para reflejar la evolución del movimiento cooperativo.

Consecuentemente, los pioneros desarrollaron los siete principios cooperativos rochdalianos (adhesión libre, control democrático, devolución o bonificación sobre las compras, interés limitado al capital, neutralidad política y religiosa, ventas al contado y fomento de la enseñanza), principios sabiamente seleccionados, reunidos y aplicados (Ramírez, Herrera & Londoño, 2016, p. 140).

En 1995, la ACI adoptó la versión actual de los siete principios cooperativos, los cuales expresan la identidad del cooperativismo y definen su naturaleza como una forma alternativa de organización económica y social basada en la participación democrática, la solidaridad, la equidad y la autogestión. A continuación, se presenta el cuadro 1 que expone los principios del cooperativismo con su respectiva descripción según la ACI.

Cuadro 1. Principios del cooperativismo según la ACI.

PRINCIPIO	DESCRIPCION
Adhesión voluntaria y abierta	Las cooperativas son organizaciones voluntarias, abiertas a todas las personas que quieran utilizar sus servicios y que deseen aceptar las responsabilidades de la afiliación, sin discriminación de género, social, racial, política o religiosa.
Gestión democrática de los miembros	Las cooperativas son organizaciones democráticas controladas por sus miembros, que participan activamente en el establecimiento de sus políticas y en la toma de decisiones. Todas las personas que desempeñan la función de representantes seleccionados son responsables ante los miembros. En las cooperativas primarias, todos los miembros tienen el mismo derecho a voto (un miembro, un voto). En otros niveles, las cooperativas también se organizan de manera democrática.
Participación económica de los miembros	Los socios contribuyen de forma equitativa al capital de la cooperativa y lo controlan democráticamente. Al menos una parte del capital suele ser propiedad común de la cooperativa. Cuando corresponde, los miembros suelen recibir una compensación limitada sobre el capital suscrito como requisito de la afiliación. Los miembros destinan los beneficios a cualquiera de las siguientes finalidades: desarrollar su cooperativa (por ejemplo, mediante la constitución de reservas, una parte de las cuales es indivisible), beneficiar a los miembros en proporción a sus transacciones con la cooperativa; o apoyar otras actividades aprobadas por la afiliación.
Autonomía e independencia	Las cooperativas son organizaciones autónomas de autoayuda gestionadas por sus miembros. Si se llega a un acuerdo con organizaciones externas –incluidos los gobiernos–, o se aumenta su capital de fuentes externas, deberá hacerse de forma que se asegure el control democrático de sus miembros y se mantenga la autonomía de la cooperativa.
Educación, formación e información	Las cooperativas ofrecen educación y formación a sus miembros, representantes elegidos, directores y empleados, para que puedan contribuir de forma efectiva al desarrollo de sus cooperativas. Asimismo, informan al público general –particularmente a los jóvenes y a los líderes de opinión– sobre la naturaleza y los beneficios de la cooperación.
Cooperación entre cooperativas	Las cooperativas sirven de forma más efectiva a sus miembros y fortalecen el movimiento cooperativo trabajando con estructuras locales, nacionales, regionales e internacionales.
Interés por la comunidad	Las cooperativas trabajan para el desarrollo sostenible de sus comunidades a través de políticas aprobadas por sus miembros.

Fuente: elaboración propia, con base en los principios de la ACI (1995).

En resumen, los principios cooperativos dotan al cooperativismo de una identidad diferenciada frente a otras formas de empresa. Formulados por la ACI a partir de la experiencia histórica y adaptados a los desafíos contemporáneos, guían tanto la gestión interna como la proyección social de las cooperativas. Su vigencia y aplicación no solo permiten consolidar organizaciones más justas e inclusivas, sino que también contribuyen a la transformación de los sistemas económicos dominantes al colocar a las

personas y a sus comunidades en el centro de la actividad productiva.

2.2 Orígenes históricos y primeras experiencias de cooperativas (1771-1900)

El cooperativismo moderno, tal como se conoce hoy, tiene raíces profundas que se remontan al siglo XVIII, en un contexto marcado por la Revolución Industrial, el surgimiento del capitalismo moderno y los profundos cambios en la organización del trabajo y la vida urbana. Las desigualdades generadas por el nuevo orden económico, la precarización de la clase trabajadora y la concentración de la riqueza motivaron el nacimiento de diferentes propuestas de reforma social, entre ellas la cooperación como alternativa a los modelos de producción y distribución dominante. “Podemos dizer que o cooperativismo apareceu historicamente junto com o capitalismo industrial, constituindo-se como uma proposta para a superação dos problemas decorrentes da industrialização e exploração capitalista” (Farias & Gil, 2013, p. 26).

Durante este período emergen las primeras experiencias que sentaron las bases del cooperativismo moderno. Uno de los antecedentes más significativos lo constituye la obra de Robert Owen (1771-1858), un empresario y reformador social galés que promovió condiciones laborales dignas en su fábrica de hilados en New Lanark, Escocia.

Sin lugar a dudas, el teórico más importante del cooperativismo ha sido el inglés Robert Owen, nacido en 1771 y muerto en 1858, quien propuso el término de comunidades autónomas. Owen vivió en carne propia las consecuencias de la Revolución Industrial, que tuvo lugar en Inglaterra a finales del siglo XVIII y pronto se preocupó por el destino de la humanidad en estos nuevos escenarios económicos, políticos sociales y culturales (Ramírez, Herrera & Londoño, 2016, p. 137).

Owen impulsó ideas de organización colectiva, educación para los trabajadores y creación de comunidades cooperativas autosuficientes, como la célebre experiencia de New Harmony en Estados Unidos. Tal como menciona Jimenes (2018), a inicios de 1824 Owen decide desaparecer de la escena de sus triunfos en New Lanark y lleva a la práctica sus doctrinas peculiares a suelo americano, invirtió casi toda su fortuna en un pueblo de New Harmony,

experimentó su proyecto, más terminó siendo todo un desastre. Aun así, sus planteamientos influyeron profundamente en la concepción posterior del cooperativismo, por su enfoque en la transformación social a partir del trabajo asociado.

Otro precursor importante fue el médico inglés William King, quien fue fundamental en la difusión de ideas cooperativas, al vincular principios éticos con prácticas económicas accesibles para la clase obrera. En 1828 fundó en Brighton la publicación “The Co-operator”, desde donde promovió la formación de cooperativas de consumo como una vía práctica para mejorar la calidad de vida de los obreros. “Durante os anos de 1828 e 1829, publicou uma pequena revista mensal, The co-operator, que teve 28 números, todos integralmente redigidos por ele. Seus artigos tratavam de cooperativismo, mutualismo e cristianismo” (Da Motta, 2012, p. 690).

Al mismo tiempo, en Francia y Alemania se desarrollaron experiencias similares que contribuyeron a enriquecer el ideario cooperativista. En Francia, destacan pensadores como Charles Fourier y Philippe Buchez quienes propusieron modelos comunitarios de producción cooperativa basados en la armonía social y la asociación libre de trabajadores. Según Ramírez, Herrera y Londoño (2016), las ideas de Fourier lo llevaron a ser pionero del cooperativismo basado en la creación de pequeñas comunidades, en los que los beneficios económicos obtenidos deberían ser repartidos entre sus miembros.

Por su parte, en Alemania surgieron las primeras cooperativas de crédito rural, impulsadas por Friedrich Wilhelm Raiffeisen y Hermann Schulze-Delitzsch, orientadas a facilitar el acceso al crédito a pequeños agricultores, artesanos y comerciantes, con principios de solidaridad, responsabilidad compartida y gestión democrática. “Hermann Schulze fundó en 1850 la primera cooperativa de crédito, bajo la premisa de que la acumulación económica se lograba a través de depósitos mensuales de los socios, deducidos de sus sueldos. Friedrich Wilhelm Raiffeisen organizó una forma asociativa que rápidamente se convirtió en cooperativa de crédito” (Salazar, 2008, p. 51).

Sin embargo, el hito más relevante en la consolidación del cooperativismo moderno fue la fundación en 1844 de la Rochdale Society of Equitable Pionners, en Inglaterra. Este grupo de 28 tejedores y artesanos, afectados por la crisis económica y las injusticias del sistema capitalista, decidió

organizar una cooperativa de consumo con el objetivo de abastecerse de productos básicos a precios justos, eliminando intermediarios y prácticas especulativas. Tal como aseguran Ramírez, Herrera y Londoño (2016), la cooperativa, alimentada por el inconformismo con el sistema capitalista de la época, propicia que los pioneros de Rochdale pongan en práctica el rescate de la justicia social. Su experiencia no solo fue exitosa, sino que estableció principios organizativos fundamentales que serían adoptados y perfeccionados por el movimiento cooperativo internacional.

Estas primeras experiencias, desarrolladas entre 1700 y 1900, no solo constituyeron una respuesta ética y práctica frente a las injusticias del capitalismo industrial, sino que también fundaron una tradición de economía solidaria basada en la participación activa de sus miembros, en la propiedad colectiva y en el compromiso con el bienestar común. Este legado sentó las bases para la expansión del movimiento cooperativo en el siglo XX, consolidando principios que aun orientan su accionar en contextos contemporáneos.

2.3 Cooperativismo moderno (1900 – 2000)

El siglo XX representó un punto de inflexión para el movimiento cooperativo a nivel mundial. Durante este periodo, las cooperativas se consolidaron como actores relevantes dentro de la economía social y solidaria, extendiéndose por diversos continentes, sectores económicos y contextos sociales.

Cabe destacar que, para la primera mitad del siglo XX esta premisa, la interacción cara-a-cara y las necesidades comunes, constituyeron la base aceptada sobre la cual se organizaron y condujeron las cooperativas de consumidores. En efecto, la teoría de la cooperativa tendió a reflejar y promover esta premisa, hasta la primera mitad del siglo XX, donde se produjeron cambios dramáticos en el medio ambiente social, económico y político (Pertile, 2013, p. 5).

Lejos de mantenerse como una alternativa marginal al modelo capitalista, el cooperativismo logró integrarse a las políticas públicas, fomentar la organización de sectores populares y participar activamente en procesos de reconstrucción y desarrollo. Según Coque (2002), en el transcurso del siglo XX las cooperativas dejaron de ser consideradas formas marginales de organización

y comenzaron a integrarse progresivamente en las políticas públicas, especialmente en contextos de posguerra y desarrollo económico.

El contexto histórico del siglo XX – marcado por las dos guerras mundiales, la Gran Depresión, la Guerra Fría, la descolonización y la globalización – brindó tanto desafíos como oportunidades para el fortalecimiento del modelo cooperativo. En este escenario, las cooperativas ofrecieron respuestas concretas a problemáticas como el desempleo, la exclusión social y la concentración económica.

Una de las principales expresiones de la consolidación del movimiento fue la labor de la Alianza Cooperativa Internacional (ACI), fundada en 1895, que durante el siglo XX desempeñó un papel crucial en la difusión de los principios cooperativos, la articulación entre organizaciones de distintos países y la promoción de una identidad cooperativa global.

Desde el principio, un papel importante de la ACI ha sido definir, promover y defender los principios. La primera de estas responsabilidades se ha cumplido a través de tres actualizaciones sucesivas, cada una de ellas informada por consultas realizadas democráticamente entre los miembros de la ACI: la primera en la década de 1930, la segunda en la década de 1960 y la última en la década de 1990 (Wilson et al., 2021, p. 5).

En Europa, especialmente en el periodo posterior a la Segunda Guerra Mundial, las cooperativas fueron actores centrales en los procesos de reconstrucción económica. En países como Italia, Francia, Alemania y los países escandinavos, se fortalecieron cooperativas de producción, consumo, vivienda, servicios y trabajo asociado. “Em momentos assim, as cooperativas tem se mostrado instituições solidas, capazes não apenas de resistir as crises, mas também de fomentar o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável” (Farias & Gil, 2014, p. 89).

A la par de los avances europeos, en regiones como América Latina, Asia y África, el cooperativismo tomó un rumbo distinto, pero no menos importante, como herramienta de transformación social y desarrollo rural. En el caso latinoamericano, a partir de la década de 1950, se promovieron cooperativas de ahorro y crédito, agropecuarias, de vivienda y de consumo, en el marco de programas de desarrollo rural impulsados por los Estados y organismos multilaterales como el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), la

Organización Internacional del Trabajo (OIT) y la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO). “En la misma época destacan otras iniciativas impulsadas por la Iglesia católica y los sindicatos, muchas de las cuales perviven hasta la actualidad. La posterior intervención de diferentes agencias internacionales multilaterales, como la OCA, la FAO, la OIT y la ACI, han facilitado una mayor consolidación” (Mogrovejo et al., 2012, p. 41).

En suma, el siglo XX fue un periodo de crecimiento, diversificación e institucionalización del movimiento cooperativo. Las cooperativas demostraron su capacidad para adaptarse a contextos cambiantes, responder a necesidades concretas de sus miembros y contribuir al desarrollo social y económico de distintas regiones del mundo. Estas transformaciones sentaron las bases para los desafíos contemporáneos que enfrenta el cooperativismo en el siglo XXI.

2.4 Cooperativismo siglo XXI y tendencias actuales

El cooperativismo enfrenta en el siglo XXI un conjunto de desafíos complejos que exigen su adaptación constante a las nuevas realidades sociales, económicas y ambientales. Uno de los retos más significativos es la globalización económica, que ha intensificado la competencia en todos los sectores productivos. Las cooperativas, en su mayoría integradas por pequeños productores, trabajadores o consumidores, deben enfrentar la presión de un mercado dominado por grandes corporaciones multinacionales que operan bajo lógicas de maximización de ganancias y economías de escala. En este contexto, como señala Soler (2006):

La vigencia del principio de la democracia participativa – que no es otra cosa que la involucración de los socios en la toma de decisiones de la sociedad – ha constituido siempre un permanente desafío para las cooperativas, aunque aún más en el momento actual en el que se analiza el papel de las cooperativas dentro de una economía globalizada y muy competitiva (Soler, 2006, p. 58).

Otro desafío crucial al que se ve enfrentado el cooperativismo es el cambio climático, que afecta especialmente al sector agropecuario, cuya dinámica productiva se ve alterada por fenómenos como las sequías, las inundaciones, la variabilidad climática y la pérdida de biodiversidad. Esta situación pone en riesgo la seguridad alimentaria del planeta y el sustento de

millones de familias rurales. “Esto significa que el compromiso por un mundo habitable ambientalmente es parte de la herencia de las cooperativas para las futuras generaciones. De esta manera, las cooperativas actúan a favor del ambiente como parte de un compromiso con la comunidad” (Mogrovejo et al., 2012, p. 112).

Asimismo, la transformación digital está redefiniendo los modelos de producción, comercialización y gestión organizativa. Las cooperativas necesitan adaptarse al uso de tecnologías emergentes como plataformas digitales o la inteligencia artificial para mejorar su eficiencia, ampliar sus canales de ventas y fortalecer sus mecanismos de transparencia y participación. Según Vázquez, Cebolla y Ramos (2019), en base a Marcuello y Sanz (2008), es indispensable que las cooperativas adopten un proceso evolutivo de cambio permanente que les permita introducir innovaciones técnicas y organizativas de forma continua, propiciando ganancias en términos de competitividad y productividad.

Finalmente, crisis globales como la pandemia del COVID-19 han puesto en evidencia la vulnerabilidad de los modelos productivos tradicionales, así como la importancia de alternativas basadas en la solidaridad y la cooperación. Como señalan Juliá, Bernal y Carrasco (2022, p.1):

La crisis derivada de la pandemia del covid-19 ha puesto de manifiesto la necesidad de mejorar y revisar nuestro modelo de economía y sociedad, evidenciando la importancia de dar una mayor relevancia a la ciencia, al uso del conocimiento y a la incorporación de valores relacionados con la sostenibilidad y solidaridad.

En suma, el cooperativismo del siglo XXI se enfrenta a un entorno desafiante que exige innovación, sostenibilidad y una reafirmación de sus valores fundamentales. Fortaleciendo su capacidad de adaptación y su articulación con otros actores sociales, las cooperativas podrán seguir siendo una herramienta transformadora para el desarrollo justo e inclusivo.

Ante los múltiples desafíos del contexto contemporáneo, las cooperativas han desarrollado diversas estrategias de innovación para fortalecer su sostenibilidad, ampliar su impacto y adaptarse a las nuevas dinámicas sociales, económicas y tecnológicas. Estas innovaciones no solo se expresan en el plano técnico o productivo, sino también en la forma en que se organizan,

gobiernan y se relacionan con sus comunidades.

En el ámbito ambiental, muchas cooperativas han comenzado a integrar prácticas sostenibles en sus procesos productivos, tales como la agroecología, el uso eficiente de los recursos naturales, la diversificación de cultivos y la gestión responsable de residuos. Estas acciones se alinean con los principios de la economía verde y la transición ecológica. En palabras de Gustavo Chianca, representante de la FAO en Brasil, “O modelo de cooperativas é uma excelente alternativa para implementar o conceito de economia verde na agricultura brasileira” (FAO, 2012).

En el plano tecnológico, se han incorporado herramientas digitales que transforman los procesos internos y fortalecen la vinculación con los asociados. Plataformas virtuales para la comercialización, sistemas de trazabilidad, aplicaciones móviles para la gestión agrícola e incluso el uso emergente de *blockchain* contribuyen a mejorar la eficiencia, la transparencia y la participación en las decisiones. Como señala Falcón (2019), “una característica diferenciadora de la economía colaborativa es el uso de las nuevas tecnologías por diferentes agentes que persiguen un objetivo común. Esta revolución digital plantea un reto a las organizaciones de la economía social” (Falcón, 2019, p. 161).

A nivel organizativo, las cooperativas promueven estructuras de gobernanza más inclusivas y democráticas, con mayor participación de jóvenes y mujeres en los órganos de decisión. Además, se fomenta la formación continua de los socios y se fortalece la intercooperación mediante redes y alianzas con universidades, ONG, organizaciones sociales e instituciones públicas.

Desta forma, as decisões fundamentais em uma cooperativa têm de ser tomadas pelo coletivo. Para isso é necessário que todos tenham acesso às informações, responsabilidade com o coletivo e disciplina. Também é necessário que haja uma composição clara no instrumento jurídico da organização (Estatuto Social), estabelecendo critérios de equidade e de solução de conflitos, garantindo o exercício democrático (Farias y Gil, 2013, p. 44).

Asimismo, el modelo cooperativo se articula cada vez más con otras formas de economía alternativa como la economía solidaria, la economía circular y el comercio justo, con las que comparte valores como la equidad, la sostenibilidad y la justicia social. Esta convergencia amplía su campo de acción

y refuerza su papel en la construcción de modelos de desarrollo más justos y resilientes.

2.5 Modelos legales y tipos de cooperativas

El cooperativismo, como modelo socioeconómico basado en la participación democrática, la autogestión y la solidaridad, cuenta con un marco legal que ha sido desarrollado y consolidado tanto a nivel internacional como en los distintos contextos nacionales, particularmente en América Latina. Este marco jurídico busca garantizar el reconocimiento, la protección y la promoción del movimiento cooperativo en sus diversas formas.

A nivel internacional, la Alianza Cooperativa Internacional (ACI) ha jugado un papel fundamental en la definición de los principios cooperativos y en la construcción de una identidad común. Desde su fundación en 1895, y especialmente a partir de la Declaración de Identidad Cooperativa en 1995, la ACI ha promovido directrices globales que orientan el desarrollo normativo de las cooperativas. “En la Declaración, que explica con claridad la esencia del movimiento cooperativo, pueden distinguirse tres partes: una definición de Cooperativa, una lista de los valores clave del Cooperativismo y una redefinición de los principios cooperativos para ajustarlos a las nuevas realidades sociales” (Soler, 2006, p. 51).

Uno de los avances más relevantes ha sido la adopción de la Recomendación 193 de la Organización Internacional del Trabajo (OIT), en 2002, sobre la promoción de las cooperativas. Algunos de los aspectos destacados de esta recomendación son los siguientes (para consultar el documento completo, se sugiere visitar¹):

- Se reconoce que las cooperativas operan en todos los sectores de la economía.
- Se deben adoptar medidas para promover el potencial de las cooperativas en todos los países.

¹ Organización Internacional del Trabajo (OIT). Recomendación 193 sobre la promoción de las cooperativas. Disponible en: https://normlex.ilo.org/dyn/nrmlx_es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_code:R193

- Se alienta el desarrollo y el fortalecimiento de la identidad cooperativa.
- Se recomienda establecer un marco institucional que permita el registro de cooperativas de manera rápida, sencilla, económica y eficaz.

En América Latina, existe una gran diversidad de marcos legales, reflejo de los contextos históricos, políticos y económicos de cada país. “Las cooperativas de América Latina muestran muy diversos orígenes, antigüedad, tamaño, oferta de productos, estructuras organizativas, grados de formalización legal, penetración o éxito” (Coque, 2002, p. 167).

Además, en muchos países latinoamericanos, el cooperativismo está reconocido en las constituciones y en los planes nacionales de desarrollo, lo que lo valida como una forma importante de organización económica. No obstante, persisten desafíos en la aplicación efectiva de estas normativas, especialmente en lo que respecta a la fiscalización adecuada, el acceso a financiación y el acompañamiento técnico para la consolidación de las cooperativas.

En este contexto, es importante destacar que las cooperativas, si bien están sujetas a la legislación vigente, también gozan de cierta autonomía organizativa, siempre que respeten los principios que rigen su identidad. Como señalan Farias y Gil (2013), “Legalmente, as cooperativas tem liberdade para organizar suas atividades desde que observem os princípios e valores que norteiam suas finalidades sociais e econômicas, bem como a legislação vigente” (Farias y Gil, 2013, p. 43).

En resumen, el marco legal del cooperativismo, tanto a nivel internacional como nacional, es crucial para el fortalecimiento y operación del movimiento cooperativo. Aunque existen diferencias normativas entre países, las cooperativas se benefician de una estructura legal que promueve su desarrollo, facilita su operatividad y les asegura su identidad. No obstante, la efectividad de estas normativas depende de su adecuada implementación y del compromiso gubernamental para garantizar recursos y condiciones equitativas.

Las cooperativas pueden clasificarse en diversos tipos según el vínculo que tienen sus miembros con la actividad económica que desarrolla la organización. Esta clasificación permite comprender mejor la variedad de funciones que las cooperativas pueden asumir en la economía, así como su

flexibilidad para adaptarse a distintos contextos sociales y productivos. De acuerdo con las “Directrices relativas a las estadísticas sobre las cooperativas” de la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 2018), se pueden identificar cuatro categorías principales a nivel mundial:

1. *Cooperativas de productores*: en este tipo de cooperativa, el principal interés de los miembros guarda relación explícita con su actividad de producción como empresas por derecho propio. Suelen ser pequeños productores agrícolas o artesanos, aunque también puede tratarse de sociedades.
2. *Cooperativa de trabajadores*: los miembros comparten interés en el trabajo que proporciona la cooperativa o que se garantiza por medio de esta. Generalmente, los miembros son trabajadores a título individual (miembros – trabajadores) cuyos puestos de trabajo están asegurados directamente a través de su cooperativa.
3. *Cooperativas de consumidores o usuarios*: los miembros son consumidores o usuarios de los bienes o servicios ofrecidos por la cooperativa o a través de ella. Las cooperativas de servicios financieros forman parte de esta categoría, incluso cuando también presten servicios a productores.
4. *Cooperativa de múltiples partes interesadas*: se componen de más de un tipo de miembros que participa de manera significativa en la actividad de la organización. En este tipo de cooperativa, hay varios grupos representados en la estructura de gestión, y ninguno posee una posición dominante a través de mayoría de votos o derecho exclusivo a veto sobre las decisiones.

Esta clasificación reconocida a nivel internacional, permite visibilizar la diversidad y el alcance del movimiento cooperativo en el mundo. Asimismo, facilita la formulación de políticas públicas diferenciadas, que respondan a las características y necesidades de cada tipo de cooperativa.

3. COOPERATIVISMO AGROPECUARIO EN AMERICA LATINA

3.1 Contextualización del cooperativismo agropecuario latinoamericano

El cooperativismo agropecuario en América Latina ha sido un motor clave para el desarrollo rural y una respuesta colectiva a los desafíos sociales, económicos y estructurales que históricamente ha enfrentado la región. Según la FAO (2012), estas organizaciones no solo empoderan a pequeños productores, mujeres y jóvenes, sino que también generan empleo sostenible mediante modelos resilientes a crisis económicas y ambientales. “Las cooperativas agrícolas desempeñan un papel importante en el apoyo a los pequeños productores agrícolas y a los grupos desfavorecidos, como los jóvenes y las mujeres” (FAO, 2012, p. 2).

A lo largo del siglo XX, especialmente después de la Segunda Guerra Mundial, este modelo de organización se consolidó como una alternativa viable para combatir la pobreza rural y mejorar las condiciones de vida de los pequeños productores. Coque (2002), señala que el cooperativismo agrícola moderno en América Latina comenzó a fortalecerse a mediados del siglo XX, impulsado inicialmente por emigrantes europeos y promovido más intensamente en el contexto de la postguerra. En este sentido, afirma el autor:

Es entonces cuando Estados Unidos apoya con el Programa de la Alianza para el Progreso varias reformas agrarias en América Latina mediante las que casi todos los gobiernos adjudicaron tierras colectivas o individuales, lo que generó diferentes formas cooperativas en el ámbito rural: unas de explotación comunitaria de la tierra y otras de servicios (Coque, 2002, p. 152).

Este proceso de transformación tuvo lugar en un escenario caracterizado por la concentración de tierras, el acceso limitado a recursos productivos y una fuerte dependencia de los mercados internacionales. Ante estas limitaciones, las cooperativas emergieron como mecanismos eficaces de organización económica y social. En este contexto, la FAO (2012) destaca que: “Las cooperativas ofrecen a los pequeños productores agrícolas, oportunidades y una amplia gama de servicios, como mejor acceso a los mercados, recursos naturales, información, comunicación, tecnología, crédito, formación e

infraestructuras” (FAO, 2012, p. 2). Además, estas organizaciones facilitan la participación activa de los agricultores en la toma de decisiones, brindan asistencia técnica en el uso y la tenencia de la tierra, y contribuyen a negociar condiciones más favorables en contratos, así como a reducir costos de insumos agrícolas como semillas, fertilizantes y equipos.

El cooperativismo agropecuario ha adoptado diversas formas en América Latina, reflejando las particularidades sociopolíticas de cada país. Como menciona Coque (2002), “El cooperativismo latinoamericano es heterogéneo, como lo son sus raíces y vías de desarrollo” (Coque, 2002, p. 2). Esta diversidad es clave para entender como estas organizaciones se adaptan a las realidades locales, enfrentando desafíos comunes como la marginación social y económica del sector agrario.

En cuanto a los desafíos específicos del cooperativismo agrícola, uno de los grandes retos sigue siendo superar la marginación de los pequeños productores, especialmente en el ámbito rural. Tal como lo afirma Cracogna en la conversación con Flores (1973):

En estos momentos tenemos, en muchos países y en otros casos en muchas regiones de otros países, un grado de marginación social y económica muy pronunciado en el sistema agrario. Ese es el gran desafío del movimiento cooperativo: superar esa marginación, personalizar a sus miembros y hacerlos cada vez más dueños de sus propias decisiones (Flores, 1973, p. 57).

Este desafío se relaciona directamente con el papel fundamental que tiene el cooperativismo agrícola para promover la inclusión y el desarrollo integral de sus miembros. Asimismo, el cooperativismo agropecuario en Latinoamérica busca fortalecer las capacidades de los productores y hacer frente a las limitaciones históricas de los sectores rurales. Cracogna también destaca en la misma conversación con Flores (1973) que “el cooperativismo contribuye a desarrollar la personalidad humana integral, por cuanto se trata de promover, de desarrollar, de cultivar una tendencia innata en el hombre, a través de una fórmula práctica, probada históricamente” (Flores, 1973, p. 63).

3.2 Casos de estudio cooperativas de café

El cooperativismo caficultor ha sido una de las expresiones más relevantes de la economía solidaria en América Latina. A través de las cooperativas, miles de pequeños y medianos productores han logrado mejorar sus condiciones de vida, acceder a mercados más justos y fortalecer su capacidad organizativa. En esta sección se presentan tres estudios de caso que ilustran diversos modelos de gestión, contextos históricos y estrategias de desarrollo: dos cooperativas colombianas – una ubicada en el suroeste Antioqueño y otra en el centro del Valle del Cauca – y una cooperativa boliviana con una experiencia destacada en inclusión social y comercio justo. La selección de estos casos se realizó con base en su representatividad regional y sectorial, así como en la disponibilidad de información confiable y actualizada. Se buscó incluir experiencias que permitieran reflexionar sobre diferentes formas de organización cooperativa y sus impactos en el desarrollo local.

3.2.1 Cooperativa de Caficultores de Andes (COOPERANDES)

La Cooperativa de Caficultores de Andes, conocida como Cooperandes, constituye uno de los referentes más representativos del cooperativismo caficultor en Colombia. Fundada el 14 de junio de 1961 en el municipio de Andes, Antioquia (Imagen 1), su origen se remonta a un proceso de organización impulsado por la Federación Nacional de Cafeteros (FNC) como respuesta a las necesidades de los pequeños productores frente a prácticas abusivas en la comercialización del café. “La fundación de la Cooperativa de Andes es parte de un esfuerzo de organización asociativa de los productores de café que se inicia mediante un proceso de fomento de la Federación Nacional de Cafeteros de Colombia en un momento de superación de crisis política colombiana y de acuerdos para superar factores de violencia” (Arboleda et al., 2020, p. 13).

Imagen 1. Localización del municipio de Andes, Antioquia, Colombia



Fuente: Wikipedia (2025).

A lo largo de sus más de seis décadas de existencia, la cooperativa ha consolidado una base social significativa. En el año 2011 contaba con 3.869 asociados, todos productores de café, distribuidos en municipios como Andes, Betania, El Carmen de Atrato, Ciudad Bolívar, Hispania y Jardín. Además, ha mantenido una estructura administrativa sólida, con un equipo de más de 150 empleados. “Cincuenta años después de su fundación, es decir, al cierre del año 2011, la cooperativa cuenta en su área administrativa con 156 empleados, que atienden las necesidades de 3.869 asociados” (Arboleda et al., 2020, p. 14). Sin embargo, uno de los desafíos actuales es el envejecimiento de su base social, ya que muchos jóvenes están migrando hacia las ciudades en busca de mejores oportunidades.

Cooperandes se ha caracterizado por una gestión multiactiva, ofreciendo servicios que van desde la compra y exportación de café, hasta la comercialización de insumos agrícolas, créditos, educación y programas de bienestar social.

En cuanto a la comercialización del grano, con 29.900.000 kilos de café en 2014, la Cooperandes continuó siendo dentro de las cooperativas de su índole, la mayor compradora del grano, para lo cual destinó \$ 180.479 millones de pesos y con ello, se ha escalafonado dentro de una de las de mayores exportadoras del grano” (Arboleda et al., 2020, p. 18).

En términos de desarrollo local, la cooperativa ha promovido proyectos orientados al fortalecimiento de la infraestructura cafetera, así como al mejoramiento de la calidad de vida de los asociados. Se han establecido puntos de acopio cercanos a los productores, iniciativas educativas, programas de apoyo a mujeres cabeza de hogar y proyectos dirigidos a incentivar la permanencia de las nuevas generaciones en la actividad cafetera (Arboleda et al., 2020).

No obstante, la cooperativa enfrenta retos importantes relacionados con la sostenibilidad del modelo asociativo, las fluctuaciones del mercado internacional y el impacto del cambio climático en la producción. Como dice Arboleda et al., (2020), hasta antes de 2015 la producción de café se vio disminuida como consecuencia de factores climáticos y de los desestimulos en el precio del mismo en los mercados internacionales.

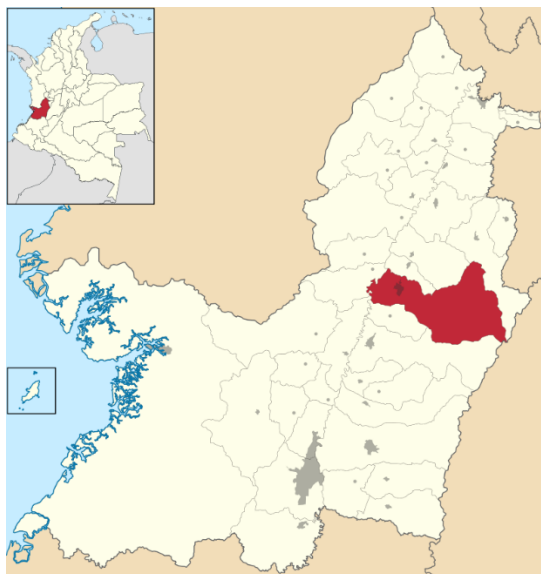
En suma, Cooperandes representa una experiencia exitosa de cooperativismo rural que ha sabido articular la producción cafetera con principios solidarios, generación de valor agregado y compromiso con el desarrollo regional. Su trayectoria demuestra el potencial transformador de las cooperativas en contextos rurales, aunque también revela la necesidad de adaptarse continuamente a los desafíos económicos, sociales y ambientales, del siglo XXI.

Esta experiencia, además de ilustrar la solidez del cooperativismo caficulator antioqueño, permite establecer contrastes y aprendizajes útiles frente a otros modelos regionales, como el que se desarrolla en el centro del Valle del Cauca.

3.2.2 Cooperativa de Caficultores del Centro del Valle (CAFICENTRO)

La cooperativa de Caficultores del Centro del Valle, conocida como Caficentro, fue fundada el 13 de enero de 1964 en el municipio de Tuluá, Valle del Cauca (Imagen 2), con el objetivo principal de comercializar café pergamino y ofrecer insumos agropecuarios a sus asociados. Su radio de acción abarca 12 municipios del centro del Valle, con presencia directa en al menos 9 de ellos, consolidándose como una de las cooperativas más relevantes de la región.

Imagen 2. Localización del municipio de Tuluá, Valle del Cauca, Colombia



Fuente: Wikipedia (2025).

Según Agudelo y López (2018), la misión institucional de Caficentro, se orienta al bienestar integral de los asociados, sus familias y la comunidad cafetera, a través de la comercialización del café, la provisión de insumos agropecuarios y la oferta de servicios sociales y económicos. Esta misión también promueve valores cooperativos como la solidaridad, la democracia, la equidad, la honestidad y la lealtad con responsabilidad social.

Caficentro ha evolucionado para enfrentar los retos del mercado, mejorando su modelo de comercialización del café pergamino, mediante procesos como la trilla, la clasificación y el análisis sensorial del grano. Esto le permite optimizar su comercialización tanto a nivel nacional como internacional. Además, ha implementado un simulador de costos de producción con agregación de valor, para evaluar la viabilidad de transformar el café pergamino en productos de mayor valor. Este simulador permite proyectar variables clave como: el nivel de ventas, los costos directos e indirectos, los ingresos operacionales, la utilidad neta, la inversión en maquinaria y la capacidad instalada, proporcionando a la cooperativa una base objetiva para la toma de decisiones estratégicas (Agudelo y López, 2018).

Gracias a esta herramienta, Caficentro puede calcular con mayor precisión el margen de ganancia asociado a la transformación del café, y determinar si dicho proceso representa una mejora real frente al modelo

tradicional. Así, la cooperativa no solo fortalece su posición en mercados especializados, sino que también contribuye a una gestión empresarial más eficiente y orientada a resultados sostenibles para sus asociados. Como señalan los autores del estudio, con este simulador “se logró demostrar y plasmar en el simulador el incremento de utilidad que se presenta al generar agregación de valor al producto, generando de esta manera una mejor eficiencia en costos dado que la ganancia percibida crece en mayor proporción que los costos adquiridos” (Agudelo y López, 2018, p. 55).

En resumen, Caficentro ha fortalecido su gestión cooperativa mediante la modernización de procesos y el uso de herramientas financieras. Su experiencia muestra como la agregación de valor puede mejorar la rentabilidad sin dejar de lado el compromiso social y territorial.

3.2.3 Cooperativa Agrícola Villa Oriente (Bolivia)

La Cooperativa Agrícola Villa Oriente, ubicada en la provincia de Caranavi en el departamento de la Paz, Bolivia (Imagen 3), representa una experiencia destacada de organización económica campesina en el sector cafetalero. Su surgimiento responde a las limitaciones estructurales impuestas a los pequeños productores por un sistema de comercialización dominado por intermediarios, lo que generaba márgenes de ganancia muy bajos y poca capacidad de negociación. Como señalan Mendoza et al., (2000), “los productores de café, en los últimos años incursionaron en el comercio internacional con cierto éxito, estimulados en parte por la cooperación y los mercados alternativos” (Mendoza et al., 2000, p. 2).

Imagen 3. Localización del municipio de Caravani, La Paz, Bolivia



Fuente: Wikipedia (2025).

A partir de la apertura económica de Bolivia en los años 80, la cooperativa adoptó estrategias clave como la producción orgánica, la certificación y el acceso a mercados internacionales mediante comercio justo, con el objetivo de mejorar los ingresos de sus miembros. La región de Villa Oriente, con un entorno agroecológico favorable (altitud, clima y calidad del suelo), proporciona una ventaja comparativa para la producción de café. “La cooperativa tiene ventaja comparativa por su ubicación geográfica (clima, suelo y altura) traducido en la calidad inherente al grano. Además, el adecuado proceso de prebeneficio, costos bajos y la capacidad organizativa de los caficultores conducen a establecer que cuentan con ventajas competitivas” (Mendoza et al., 2000, p. IV).

Uno de los aspectos más destacados de la cooperativa es su capacidad para distribuir de manera más equitativa los beneficios de la cadena de valor. Según el análisis basado en el modelo de comercialización de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), “la organización económica retribuye al productor un margen del 70% en cambio la empresa privada confiere solo un margen del 18%” (Mendoza et al., 2000, p. V). Esto demuestra el potencial del modelo cooperativo para mejorar las condiciones

económicas de los pequeños productores.

A pesar de estos logros, Villa Oriente enfrenta varios desafíos: la limitada capacidad financiera para cubrir los costos de exportación, la insuficiencia de infraestructura (centros de acopio, transporte, procesamiento), y la escasez de personal capacitado. Esta situación se ve reflejada en que “las organizaciones de los productores generalmente no disponen de recursos financieros para el acopio, ni cuentan con activos para acceder a créditos bancarios” (Mendoza et al., 2000, p. V).

En resumen, el caso de la Cooperativa Villa Oriente muestra como una organización campesina puede superar barreras estructurales mediante prácticas colectivas y sostenibles, logrando una inserción estratégica en mercados internacionales. Aunque su escala sigue siendo limitada, ofrece lecciones valiosas sobre el poder del cooperativismo en el desarrollo rural y la mejora de las condiciones económicas.

Los tres casos analizados reflejan distintas formas en que el cooperativismo caficultor contribuye al desarrollo rural en América Latina. Mientras Cooperandes y Caficentro representan modelos consolidados en Colombia, con énfasis en innovación y valor agregado, la Cooperativa Villa Oriente en Bolivia destaca por su resiliencia en contextos adversos y su apuesta por el comercio justo. En conjunto, muestran que el modelo cooperativo sigue siendo una herramienta eficaz para impulsar la sostenibilidad, la inclusión y la justicia económica en el sector cafetalero.

3.3 Desafíos y limitaciones

Las cooperativas de café en América Latina enfrentan múltiples desafíos que limitan su desarrollo y sostenibilidad a largo plazo. Uno de los problemas estructurales más relevantes es la limitada capacidad financiera, especialmente en cooperativas de pequeños productores, como es el caso de Villa Oriente en Bolivia. Según el estudio de Mendoza et al., (2000), “Las organizaciones de productores generalmente no disponen de recursos financieros para el acopio, ni cuentan con activos para acceder a créditos bancarios” (Mendoza et al., 2000, p. V). Esta carencia de capital operativo incide directamente en su capacidad para comercializar de manera eficiente y

competitiva.

Otro desafío recurrente es la falta de infraestructura adecuada, tanto para el procesamiento como para la exportación del grano. En el caso boliviano, la ausencia de centros de acopio y de beneficio fue identificada como una barrera crítica para una comercialización fluida y rentable (Mendoza et al., 2000). A esta limitación se suma la escasa formación técnica y administrativa, que restringe el alcance de una gestión profesional y estratégica en el manejo de las organizaciones cafetaleras.

En Colombia, la Cooperativa de Andes (Cooperandes) también ha enfrentado limitaciones históricas derivadas de las condiciones del agro latinoamericano, como la:

fragmentación en la posesión de tierras, la economía de subsistencia, los niveles bajos de satisfacción de necesidades básicas y el bajo nivel educativo, aspectos que son frecuentes en el agro latinoamericano y que hacen que las familias dedicadas al cultivo sean muy susceptibles a los fenómenos económicos del entorno (Arboleda et al., 2020, p. 3).

Estas condiciones han hecho que muchas familias caficultoras sean vulnerables a los cambios económicos y climáticos del entorno. Además, el envejecimiento de la base social constituye una preocupación creciente. En el caso de Cooperandes, se ha evidenciado una tendencia a la migración de jóvenes hacia las ciudades, lo que pone en riesgo la continuidad del modelo cooperativo.

La Cooperativa está manifestando, en su nivel asociativo, una crisis generacional; no existe una renovación de nuevos asociados que sustituyan los viejos productores, y los jóvenes (en una gran mayoría) vienen abandonando sus terruños buscando nuevas alternativas de ingreso y mayores oportunidades de crecimiento personal y económico en otras áreas productivas o desplazándose hacia la ciudad capital (Arboleda et al., 2020, p. 14).

Otro factor común es la volatilidad del mercado internacional del café, cuyos precios fluctuantes pueden afectar gravemente la rentabilidad de las cooperativas, especialmente aquellas que no cuentan con certificaciones diferenciadoras o contratos estables de comercio justo. Esta exposición a las dinámicas globales impone una necesidad constante de adaptación y planeación estratégica para evitar desajustes financieros, como también se observa en el

caso de Villa Oriente (Mendoza et al., 2000).

En contraste, Caficentro ha dado pasos importantes hacia la innovación y diversificación, introduciendo procesos de agregación de valor como la trilla y la clasificación del café según sus atributos organolépticos. No obstante, esta transformación requiere nuevas herramientas de gestión y análisis, como lo señalan los autores del estudio: “Actualmente, la empresa Caficentro no cuenta con una herramienta que le permita analizar este beneficio de transformación de su producto” (Agudelo y López, 2018, p. 22), lo cual limita significativamente el aprovechamiento total de su potencial estratégico.

3.4 Impactos económico, social y ambiental

Las cooperativas cafetaleras generan impactos relevantes en sus territorios, tanto en términos económicos como sociales y ambientales, aunque con diferentes alcances según sus capacidades organizativas y contextos locales.

En Colombia, la Cooperativa de Caficultores de Andes (Cooperandes) ha tenido un efecto económico importante a través de su volumen de operación y los servicios que ofrece a sus asociados. En el año 2014, esta misma comercializó cerca de 29,9 millones de kilos de café, invirtiendo más de 180 mil millones de pesos colombianos en su adquisición, lo que la ubicó como una de las mayores exportadoras del país en su categoría (Arboleda et al., 2020, p. 18). Este volumen de actividad ha dinamizado la economía cafetera regional y ha reforzado el vínculo entre los productores y el modelo cooperativo.

Desde el plano social, Cooperandes ha promovido programas de educación, salud, vivienda rural, así como iniciativas específicas para mujeres cabeza de hogar y jóvenes. Sin embargo, se han identificado retos importantes en términos de sostenibilidad social, especialmente por la tendencia a la migración juvenil, que dificulta el relevo generacional y la incorporación de nuevos asociados (Arboleda et al., 2020).

La cooperativa Caficentro, en el Valle del Cauca, ha centrado su impacto en el fortalecimiento de la gestión empresarial y la agregación de valor. El diseño e implementación de un simulador de costos le ha permitido analizar la viabilidad económica de transformar el café pergamino seco en productos de

mayor calidad mediante procesos como la trilla y el análisis sensorial. Este avance no solo ha mejorado la rentabilidad, sino que también ha brindado a los asociados herramientas para la toma de decisiones estratégicas. “Se logró demostrar y plasmar en el simulador el incremento de utilidad que se presenta al generar agregación de valor al producto, generando de esta manera una mejor eficiencia en costos dado que la ganancia percibida crece en mayor proporción que los costos adquiridos” (Agudelo y López, 2018, p. 55).

En lo social, Caficentro trabaja por el bienestar integral de sus asociados, promoviendo valores como la solidaridad, la equidad y la responsabilidad social. Además, la orientación hacia cafés especiales incentiva una relación más consciente con el entorno productivo, promoviendo la calidad y la sostenibilidad ambiental.

En Bolivia, la Cooperativa Agrícola Villa Oriente ha tenido un impacto significativo en la economía de sus miembros gracias a una mayor equidad en la distribución del ingreso. Según Mendoza et al., (2000), mientras las empresas privadas retribuyen al productor con un margen del 18%, la organización económica campesina logra otorgar hasta el 70% del margen de comercialización. Este modelo solidario ha permitido mejorar los ingresos de pequeños productores, muchos de los cuales operaban en condiciones precarias. Además, la cooperativa ha adoptado prácticas de producción orgánica y comercio justo, que no solo les han abierto las puertas a mercados internacionales, sino que también han contribuido a prácticas más sostenibles ambientalmente.

En conjunto, los tres casos ilustran que el cooperativismo cafetalero puede ser un instrumento poderoso para generar transformaciones positivas en comunidades rurales. Su impacto económico se evidencia en la mejora de los ingresos y el acceso a mercados diferenciados; el social, en la cohesión y organización comunitaria; y el ambiental, en la adopción progresiva de prácticas agrícolas más responsables.

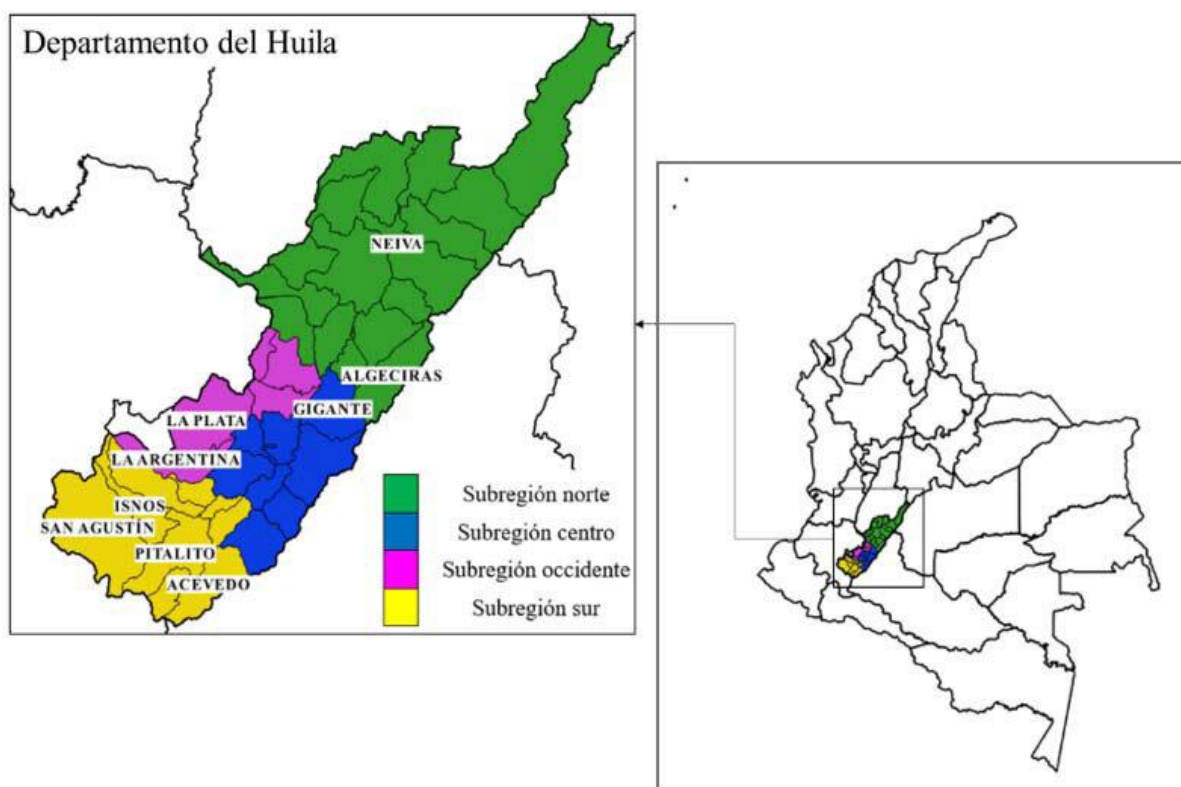
En base a este panorama regional, el siguiente capítulo se enfocará en el análisis de caso de la cooperativa Global Cafés del Huila, utilizando información documental y fuentes secundarias disponibles, con el fin de examinar su trayectoria, impacto y los desafíos actuales que enfrenta en el contexto colombiano.

4. ESTUDIO DE CASO EN COLOMBIA: COOPERATIVA GLOBAL CAFÉS DEPARTAMENTO DEL HUILA

4.1 Contexto territorial y caficultor en el departamento del Huila

El departamento del Huila (Imagen 4), ubicado en la zona andina colombiana y en la región suroccidental del país, se ha consolidado como uno de los principales productores de café en Colombia, superando incluso a departamentos tradicionales del Eje Cafetero como Quindío, Caldas y Risaralda. De acuerdo con la Federación Nacional de Cafeteros (FNC), en el año 2023 el área total cultivada con café en el Huila alcanzó las 147.990 hectáreas, siendo la más alta del país en ese año (FNC, 2023). Este auge se explica por condiciones geográficas privilegiadas: altitudes entre 1.200 y 2.000 msnm, suelos volcánicos y microclimas ideales para cafés especiales.

Imagen 4. Localización del departamento del Huila, Colombia.



Fuente: Researchgate (2025).

Administrativamente, el departamento del Huila está dividido en 37 municipios. Según el Censo Nacional de Población y Vivienda (CNPV), realizado por el Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE) en 2018, el departamento cuenta con una población total de 1.009.548 habitantes, de los cuales 615.886 residen en áreas urbanas y 393.662 en zonas rurales (DANE, 2018). Esta ruralidad refleja una economía dependiente del sector agropecuario, particularmente del café, que no solo genera empleo, sino que es un eje de identidad cultural y cohesión comunitaria. Sin embargo, como se analizó en el capítulo 3, este perfil también expone desafíos típicos del cooperativismo latinoamericano: fragmentación de la producción, acceso limitado a mercados globales y vulnerabilidad ante fluctuaciones de precios.

En el ámbito económico, según datos del Ministerio de Comercio, Industria y Turismo (MINCIT), el Huila aportó en 2022 un 1,64% al Producto Interno Bruto (PIB) nacional, con un PIB per cápita estimado de 4.845 dólares (MINCIT, 2024). Aunque esta cifra resulta modesta frente a otros departamentos más industrializados, refleja una economía anclada al sector primario. De acuerdo con el DANE (2023), el Huila se ubicó en el rango del 3,6% al 6% en participación del valor agregado nacional de las actividades de agricultura, ganadería, caza, silvicultura y pesca, lo que lo posiciona como el cuarto departamento con mayor contribución al sector primario del país, solo superado por Meta, Antioquia y Cundinamarca. Esta dependencia del sector primario, aunque refleja una economía en crecimiento, también la hace vulnerable a choques externos, como la volatilidad de precios internacionales del café o eventos climáticos extremos.

De manera particular, el municipio de La Plata, donde se desarrolla el presente estudio de caso, registra una población de 54.405 habitantes, de los cuales 24.366 residen en el área urbana y 30.039 en el sector rural (DANE, 2018). Esta composición demográfica subraya la importancia de la actividad agrícola en la vida económica y social del territorio. Dentro de este contexto, la caficultura y las organizaciones cooperativas han adquirido un papel fundamental, articulando a los productores en esquemas asociativos orientados al fortalecimiento productivo, la mejora en la comercialización y la sostenibilidad territorial.

Esta relevancia cafetera y rural del Huila (Imagen 5), explica la proliferación de organizaciones cooperativas que buscan fortalecer la economía campesina, como es el caso de la cooperativa Global Cafés, objeto de análisis en este capítulo. En este escenario, el municipio de La Plata se constituye en un nodo representativo para analizar el impacto del cooperativismo en el desarrollo rural sostenible.

Imagen 5. Paisaje rural cafetero de La Plata, Huila.



Fuente: Gobernación del Huila (2023).

4.2 Historia y evolución de Global Cafés

La cooperativa Global Cafés, con sede en el municipio de La Plata, en el departamento del Huila, Colombia, es una organización sin ánimo de lucro dedicada a la exportación de cafés especiales. Según su presentación institucional, se define como “una organización cooperativa, exportadora de café sin ánimo de lucro, en búsqueda de los mejores cafés diferenciados en taza y perfil, cultivados mediante practicas sostenibles y amigables con el medio ambiente” (Global Cafés, 2025). Su surgimiento responde a la necesidad de articular a pequeños productores con mercados internacionales que valoran atributos como la trazabilidad, la sostenibilidad y la calidad sensorial en la producción cafetera.

Imagen 6. Logotipo de Global Cafés.



Fuente: Agencia de Desarrollo Rural (2025).

La cooperativa fue creada en 2012 por un grupo de pequeños caficultores con el propósito de mejorar la calidad de vida de sus familias mediante un modelo de comercialización directa y asociativa. Desde sus inicios, ha priorizado la construcción de relaciones transparentes y duraderas entre productores y compradores, promoviendo un comercio basado en precios justos y en el reconocimiento del trabajo de quienes cultivan el café. En palabras de la organización, su misión es ser “una cooperativa que teje relaciones duraderas uniendo a todos aquellos que creen en un sabor diferenciado del café, la sostenibilidad y los precios justos” (Global Cafés, 2025).

Uno de los pilares del trabajo de la organización ha sido visibilizar la historia de los productores. Ejemplo de ello es el caso de Martha y Roberto, caficultores del Huila, cuyo café Bourbon obtuvo una calificación de 86 puntos en el laboratorio de la cooperativa, según la escala de catación de la Specialty Coffee Association (SCA), siendo reconocido como café especial por su perfil sensorial destacado². Este café hoy forma parte de la línea de productos “Broto”.

A lo largo del tiempo, la cooperativa ha desarrollado una identidad propia a través de su marca “Broto”, que agrupa diversas variedades de cafés especiales, como Broto Justo, Broto Armonía, Broto Cima Geisha y Broto Cima Arusi. Cada uno de estos cafés refleja la diversidad de perfiles sensoriales, altitudes, variedades y procesos que caracterizan la caficultura huilense. Además, Global Cafés promueve prácticas sostenibles y brinda acompañamiento técnico a los productores, fortaleciendo la calidad del producto y el bienestar de las comunidades.

² La calificación de 86 puntos corresponde a una evaluación sensorial basada en el protocolo de catación de la Specialty Coffee Association (SCA), que considera como café especial aquel que supera los 80 puntos en atributos como aroma, sabor, cuerpo y acidez.

Actualmente, la cooperativa cuenta con 256 miembros activos y una capacidad de producción cercana a los 600.000 kilogramos de café verde al año (Progreso, 2024). En 2023, reportó ingresos estimados entre 20.000 y 100.000 millones de pesos colombianos (aproximadamente 5 a 25 millones de dólares estadounidenses³, según el tipo de cambio promedio de 2023), con una utilidad neta inferior a 1.000 millones de pesos (alrededor de 250.000 dólares) (Informacolombia, 2024). Además, su patrimonio neto declarado alcanzó los más de 2.200 millones de pesos colombianos, equivalentes a aproximadamente 550.000 dólares estadounidenses. Aunque su sede se encuentra en La Plata, su radio de acción se ha extendido hacia otras zonas cafeteras del suroccidente colombiano. Ha implementado, además, diversas iniciativas de formación técnica, sostenibilidad ambiental, mejora de infraestructura y procesos de trazabilidad, consolidando su compromiso con el desarrollo rural integral.

En resumen, la historia de Global Cafés está marcada por una estrategia de posicionamiento en mercados especializados, un fuerte vínculo con las familias productoras y una apuesta por la calidad, la equidad y la sostenibilidad como ejes fundamentales de su desarrollo.

4.3 Estudio de caso

Tras revisar la trayectoria institucional de la cooperativa Global Cafés, resulta fundamental analizar su funcionamiento desde la perspectiva de quienes la sostienen: sus asociados. Para ello, se realizó un estudio cualitativo basado en entrevistas semiestructuradas a siete caficultores asociados del municipio de La Plata, Huila, con el fin de examinar como los principios del cooperativismo (ACI, 1995) se materializan en la práctica y qué desafíos persisten. Este apartado analiza tres dimensiones clave – motivaciones para asociarse, beneficios percibidos y participación organizativa –, contrastando las voces de los productores con el marco teórico del capítulo 2 y los retos del cooperativismo agropecuario latinoamericano (sección 3.1).

³ Las conversiones a dólares estadounidenses (USD) se realizaron utilizando un tipo de cambio promedio estimado de \$4.000 COP/USD, correspondiente al año 2023, con base en datos históricos del Banco de la República de Colombia (Banco de la República, 2024).

4.3.1 Motivaciones para asociarse

La decisión de los caficultores del Huila de unirse a Global Cafés se fundamentó en tres ejes clave: mejores precios, acceso a recursos técnicos y fortalecimiento comunitario. Cesar Vitoviz, asociado desde hace tres años, agregó: *“Son precios que le dan a uno un sobreprecio por la buena calidad, y aparte de los buenos precios le dan comodidades a usted para acceder a créditos rotatorios y facilidad de fertilizantes”*. Este testimonio refleja el objetivo económico del cooperativismo de conciliar capital y trabajo (Farias & Gil, 2013), priorizando el bienestar colectivo sobre el lucro individual.

De forma similar, Norver Hernando Ramírez, comentó: *“Me dieron como buenas referencias de la cooperativa en cuanto al pago del café y que se pagaba un valor agregado al sacar un café especial”*. Estos hallazgos coinciden con estudios previos que demuestran que la mejora en las condiciones de comercialización es una de las principales razones por las cuales los pequeños productores se asocian a cooperativas (Coque, 2002; FAO, 2012). Tal como señala Coque (2002, p. 153), las cooperativas permiten “acceder a mercados más favorables y estabilizar ingresos en un entorno de alta vulnerabilidad económica”.

No obstante, como advierte Fernández (2006), el acceso a precios diferenciados puede generar dependencia sino se acompaña de formación financiera. Este riesgo, parcialmente mitigado en Global Cafés, se contrarresta mediante la oferta de capacitaciones, como lo reconoció el 86% de los entrevistados.

4.3.2 Beneficios percibidos

La vinculación a Global Cafés ha generado transformaciones significativas en la vida de sus asociados, especialmente en los ámbitos económico, técnico y social. En el plano económico, Norver Ramírez destacó: *“Nos hacen créditos y anticipos por anuncio de café [...] También hay un fondo solidario que cuando hay calamidades en la familia le dan un incentivo”*. Estos mecanismos reflejan el principio de participación económica de los miembros (ACI, 1995), donde los beneficios se reinvierten en el bienestar colectivo. En esta

misma línea, Miryan Medina expresó: *“Por ser asociados tenemos precios que son diferenciables al comercio, por la calidad paga”*. Este diferencial de precios – cercano al 20% según varios testimonios – se convierte en una herramienta crítica para la estabilidad financiera en contextos de alta volatilidad del mercado caficultor (Ramírez, Herrera & Londoño, 2016).

En el plano técnico y social, los entrevistados destacaron la presencia de extensionistas, talleres y asistencia a familias. Leidy Sarrias comentó: *“Ellos nos ayudan en las asesorías, en las asistencias [...] mi hija asiste a talleres sobre cuidado del agua”*. Este testimonio ilustra la aplicación del principio de educación, formación e información (ACI, 1995), considerado esencial para la sostenibilidad del modelo cooperativo (Mogrovejo et al., 2012). Más aun, los beneficios sociales se extienden al fortalecimiento del capital social y la acción colectiva. Cesar Vitoviz relató: *“Desde que soy socio [...] empiezo a dialogar, a compartir experiencias [...] Hemos reforestado cuencas y creado empleos”*. Este impacto responde al principio de interés por la comunidad (ACI, 1995) y al objetivo social de valorización de la persona humana dentro del cooperativismo (Farias & Gil, 2013).

4.3.3 Participación organizativa y sentido de pertenencia

La estructura de gobernanza de Global Cafés se sustenta en el principio de gestión democrática (ACI, 1995), según el cual todos los socios hábiles tienen derecho a participar en las decisiones. Miryan Medina explicó: *“Cada asociado que está hábil [...] tiene derecho al voto, a elegir y ser elegido también”*. Sin embargo, esta participación depende del cumplimiento de requisitos económicos. Como advirtió Leidy Sarrias: *“Para participar [...] tienes que estar al día con aportes, con los créditos [...] si uno no está al día no puede participar”*. Este tipo de exclusiones, aunque necesarias para la sostenibilidad financiera, pueden generar tensiones internas y se consideran un desafío recurrente en cooperativas rurales Fernández (2006).

En lo operativo, varios socios reportaron limitaciones logísticas y de infraestructura. Misael Camacho señaló: *“La congestión al descargar café y la falta de transporte desde fincas lejanas son problemas graves”*. Estas carencias estructurales han sido ampliamente documentadas en la literatura latinoamericana, donde la falta de infraestructura y apoyo público representa una amenaza a la expansión del cooperativismo (Mogrovejo et al., 2012). No obstante, existe una clara visión de futuro entre los asociados especialmente en los jóvenes. Yamit Camacho proyectó: *“En cinco años tendremos una planta procesadora propia. Exportaremos café tostado con marca propia, no solo materia prima”*. Este planteamiento se alinea con la necesidad de avanzar hacia la agregación de valor y la autonomía comercial, objetivos centrales del cooperativismo moderno (Farias & Gil, 2013; FAO, 2012).

En resumen, Global Cafés encarna los principios cooperativos al ofrecer condiciones de comercialización justas, servicios técnicos de calidad y fortalecimiento comunitario. Sin embargo, su consolidación como modelo sostenible dependerá de su capacidad para enfrentar desafíos estructurales como la exclusión financiera, la carencia de infraestructura y la limitada cobertura logística. Estos elementos, representativos de los retos del cooperativismo agropecuario en América Latina, serán abordados en la sección 4.4.

4.4 Análisis de impacto (económico, social y ambiental)

La cooperativa Global Cafés ha generado impactos significativos en la vida de sus asociados, los cuales pueden analizarse desde tres dimensiones interrelacionadas: económica, social y ambiental. A partir de los testimonios recogidos y el análisis documental, se evidencia cómo la cooperativa no solo mejora condiciones materiales, sino que también fortalece la cohesión comunitaria e impulsa prácticas sostenibles, en consonancia con los principios del cooperativismo (ACI, 1995) y los desafíos del contexto latinoamericano descritos en el capítulo 3.

4.4.1 Impacto económico: estabilidad financiera y autonomía productiva

El impacto económico más señalado por los entrevistados es la mejora en sus ingresos y en su capacidad de inversión productiva. La cooperativa ha permitido a los caficultores acceder a precios diferenciados por calidad, reducir la dependencia de intermediarios y contar con apoyo financiero oportuno. Norver Hernando Ramírez expresó: *“Nos hacen créditos y anticipos por anuncio de café, y estos sobrepagos en los cafés especiales [...] también nos dan ahí un valor agregado”*. Estos beneficios financieros se traducen en una mayor estabilidad, que incluso permite mejoras en el hogar y la finca, como señaló el mismo: *“Ya se puede gastar más, hacer arreglos en la casa”*.

Según Miryan Medina, el acceso a fertilizantes mediante crédito oportuno ha sido clave para sostener el manejo técnico del cultivo, incluso en momentos de dificultad. Estas experiencias reflejan lo que Coque (2002) identifica como uno de los principales logros del cooperativismo: la mejora de la capacidad económica del productor mediante economías de escala y servicios solidarios. Desde una perspectiva teórica, estos mecanismos operan bajo el principio de participación económica de los miembros (ACI, 1995), el cual postula que los excedentes deben reinvertirse para el beneficio colectivo. Además, se alinean con el enfoque de desarrollo rural sustentable planteado por la FAO (2012), que subraya la importancia del acceso al crédito y la inversión para fortalecer la autonomía productiva de los agricultores.

4.4.2 Impacto social: cohesión comunitaria y empoderamiento

En el plano social, la cooperativa ha promovido la participación activa de los asociados y ha fortalecido los vínculos comunitarios. La posibilidad de tener voz y voto en las decisiones internas, acceder a formación técnica y recibir apoyo solidario ha contribuido al sentido de pertenencia y la apropiación del proyecto colectivo. Cesar Vitoviz relató: *“uno como que se va abriendo, uno va aprendiendo, va compartiendo, va dando más libertad para poder interactuar con otras personas”*.

Miryan Medina manifestó que ha aprendido a llevar registros contables y administrar su finca, lo cual le ha permitido reconocerse como

empresaria rural. Estos testimonios reflejan el principio de educación y formación (ACI, 1995) y lo que Mogrovejo et al., (2012) denominan fortalecimiento del capital humano y organizativo en zonas rurales. A su vez, este tipo de impactos coincide con el enfoque de Farias y Gil (2013), quienes destacan que el cooperativismo tiene una función emancipadora al transformar al productor en sujeto activo de su propio desarrollo. La dimensión social aquí no es meramente instrumental, sino formadora de ciudadanía rural.

4.4.3 Impacto ambiental: practicas sostenibles y educación ecológica

Aunque en menor escala que las dimensiones anteriores, también se evidencia un impacto positivo en lo ambiental. Los asociados mencionan que la cooperativa promueve practicas sostenibles, como el manejo adecuado de residuos, la conservación del agua y el uso racional de fertilizantes. Cesar Vitoviz comentó: *“he recibido de ellos también ayuda aquí en la finca en lo que era tratamiento de aguas mieles, que es algo que es bien complejo, hoy en día tiene que estar uno al día con eso”*.

Estas acciones se complementan con procesos de formación ambiental para las familias, incluyendo a lo más jóvenes, como el caso de la hija de Cesar, quien participa en procesos educativos sobre conservación del recurso hídrico. Estas iniciativas están en línea con lo que la FAO (2012) describe como la integración progresiva de la sostenibilidad en las practicas agropecuarias, y que permiten posicionar al cooperativismo como un modelo compatible con la transición ecológica. No obstante, aún se identifican limitaciones, como la ausencia de certificaciones internacionales que habiliten el acceso a mercados verdes o de comercio justo. Esto coincide con lo observado en el capítulo 3 respecto a otras cooperativas (como Caficentro o Villa Oriente), que han logrado ampliar su impacto ambiental al consolidar sellos de calidad y sostenibilidad (Agudelo & López, 2018; Mendoza et al., 2000).

En síntesis, el caso de Global Cafés evidencia un impacto positivo multidimensional que trasciende el plano económico, promoviendo también transformación social y sensibilización ambiental. Sin embargo, como se desarrollará en la sección 4.5, persisten retos significativos que condicionan la sostenibilidad integral de esta experiencia cooperativa en el largo plazo.

4.5 Desafíos actuales de Global Cafés

A pesar del crecimiento y consolidación de Global Cafés como una cooperativa caficultora influyente en el municipio de La Plata, Huila, aun enfrenta importantes desafíos que limitan su capacidad de expansión, competitividad y sostenibilidad. Estos retos se relacionan tanto con factores estructurales del sector agropecuario colombiano como con limitaciones internas propias del modelo asociativo, y reflejan los obstáculos comunes que afrontan las cooperativas rurales en América Latina (Mogrovejo et al., 2012; Mendoza et al., 2000).

Uno de los desafíos más reiterados por los entrevistados es la ausencia de una sede propia, lo cual genera congestión, incomodidad y limita la capacidad de atención a los asociados. Cesar Vitoviz describió la situación actual de la sede señalando: *“A uno le gustaría que mejorara en la empresa... que tuviera una parte más alejada y propia para poder llegar con el café, que no haya tanta congestión [...] porque en el momento donde estamos [...] es en la calle, hay mucho tráfico”*. Esta falta de infraestructura adecuada restringe el desarrollo logístico y comercial de la cooperativa. Tal como advierte Mendoza et al., (2000), muchas organizaciones de productores no cuentan con activos para acceder a créditos bancarios ni con espacios físicos que permitan procesos de transformación y comercialización directa, elementos clave para agregar valor y competir en mercados exigentes.

Además, aunque la cooperativa ofrece beneficios tangibles como precios justos, formación técnica y créditos accesibles, persiste una cultura de individualismo comercial que frena la expansión del modelo asociativo. Norver Ramírez afirmó al respecto: *“Inclusive a veces aconsejo a las personas a que se asocien, sino que [...] muchas veces la gente no le gusta asociarse [...] les gusta vender a cualquier persona”*. Esta resistencia, observada también en otros estudios sobre cooperativismo agropecuario (Coque, 2002), se explica por la baja cultura organizativa, la desconfianza histórica en lo colectivo y las dinámicas clientelares del mercado local. Según Mogrovejo et al., (2012), la fidelización de socios requiere procesos continuos de formación, participación efectiva y construcción de confianza institucional.

Otro de los retos relevantes es la fragilidad económica que enfrentan los productores, reflejada en la constante necesidad de crédito. Aunque Global Cafés ha implementado mecanismos de crédito rotativo, los caficultores siguen enfrentando restricciones estructurales de liquidez. Miryan Medina relató: *“Por parte de la cooperativa [...] si no tenemos dinero en el momento para fertilizar, la cooperativa nos hace un crédito para la adquisición de estos”*. Esta dependencia del crédito revela una situación de vulnerabilidad económica que limita la capacidad de inversión y renovación tecnológica. Tal como lo plantea la FAO (2012), el acceso a recursos financieros estables es una condición estructural para lograr sostenibilidad a largo plazo en el cooperativismo rural. Esta relación financiera, sin embargo, también refuerza el vínculo entre los agricultores y la cooperativa, ya que genera una forma de interdependencia funcional: los productores dependen del apoyo financiero de la organización para sostener sus ciclos productivos, mientras que la cooperativa depende de su fidelidad y participación activa para sostener su estructura económica.

El impacto del cambio climático constituye también un desafío transversal. Según los testimonios, fenómenos como la variabilidad de lluvias, las plagas y la escasez hídrica están afectando la producción. Aunque la cooperativa ha promovido ciertas prácticas sostenibles, como el tratamiento de aguas mieles, los recursos aún son limitados para una respuesta integral. En palabras de Cesar Vitoviz: *“Yo he recibido ayuda [...] en lo que era tratamiento de aguas mieles, que es algo bien complejo [...] uno tiene que estar al día con eso”*. En este sentido, Global Cafés comparte los desafíos de otras cooperativas del continente que, como Villa Oriente en Bolivia, enfrentan una insuficiencia de infraestructura ambiental y técnica para mitigar los efectos del cambio climático (Mendoza et al., 2000).

Finalmente, la necesidad de escalar la capacidad productiva y comercial se presenta tanto como una oportunidad como un desafío. La adquisición de un terreno para construir una nueva bodega es un primer paso, como lo mencionó Norver Ramírez: *“Ya se compró un lote en La Plata para construir la bodega, entonces hay un avance bueno”*. Por su parte, Yamit Camacho proyectó una visión estratégica a futuro: *“En cinco años tendremos una planta procesadora propia. Exportaremos café tostado con marca propia, no solo materia prima”*. Este tipo de proyección se alinea con lo que Farias y Gil

(2013) definen como autonomía productiva y transformación del modelo cooperativo hacia formas más competitivas, sin perder su base solidaria y territorial.

En síntesis, los desafíos actuales de Global Cafés son representativos de los límites estructurales y organizativos del cooperativismo rural en América Latina. Superarlos requerirá estrategias integrales que fortalezcan su base financiera, amplíen su infraestructura, promuevan una cultura de asociatividad más sólida y desarrollen respuestas sostenibles ante el cambio climático

5. CONCLUSIONES Y RECOMENDACIONES

5.1 Conclusiones

El estudio de la cooperativa Global Cafés, en el municipio de La Plata, Huila, confirma que el cooperativismo agropecuario constituye una herramienta eficaz para promover el desarrollo rural sostenible, al articular la mejora económica con la participación organizativa, el fortalecimiento comunitario y la conciencia ambiental. A través de mecanismos como el pago por calidad, el acceso a créditos solidarios, la formación técnica y el acompañamiento productivo, los caficultores han logrado estabilizar sus ingresos y disminuir su dependencia de intermediarios. Esta experiencia demuestra la vigencia de los principios de la Alianza Cooperativa Internacional (ACI), particularmente la participación democrática, la equidad y la solidaridad, en contextos rurales marcados por la exclusión estructural y los impactos del cambio climático.

Desde una perspectiva multidimensional, se observa un impacto económico positivo, reflejado en mejores precios, acceso a insumos y crédito rotativo, que ha permitido inversiones productivas e incluso mejoras en la vivienda. No obstante, los altos costos de fertilizantes y la necesidad constante de financiamiento evidencian una fragilidad estructural. Esta situación configura una relación de interdependencia entre productores y cooperativa, en la que los apoyos financieros fortalecen la lealtad de los asociados, pero también generan desafíos organizativos si no se acompañan de mayor autonomía económica.

En el plano social, la participación activa en espacios democráticos y formativos ha consolidado vínculos de confianza, identidad organizativa y circulación de saberes. Testimonios como el de Cesar Vitoviz “uno va aprendiendo, va compartiendo experiencias” dan cuenta de una construcción colectiva que trasciende lo económico. En términos ambientales, si bien se han implementado prácticas como el tratamiento de aguas mieles y la sensibilización frente al uso responsable de recursos, la cooperativa aún no ha logrado obtener certificaciones que le permitan acceder a mercados diferenciados con mayor valor agregado.

Persisten, sin embargo, desafíos estructurales que limitan la sostenibilidad del modelo. Entre ellos destacan: la falta de una sede propia, que restringe la logística y la proyección comercial; la persistencia de una cultura de individualismo comercial que obstaculiza la expansión de la base asociativa; la vulnerabilidad financiera de los productores; y los efectos adversos del cambio climático sobre la productividad. Frente a estos retos, Global Cafés ha comenzado a desarrollar estrategias de largo plazo, como la compra de terrenos para construir una nueva bodega y la proyección de una planta procesadora con marca propia.

Finalmente, la experiencia de Global Cafés, al compararse con otras cooperativas como Cooperandes (Antioquia) y Villa Oriente (Bolivia), revela patrones comunes y aprendizajes regionales. En todos los casos, la combinación entre acompañamiento técnico, visión de mercado y fortalecimiento organizativo resulta clave para la sostenibilidad del modelo cooperativo rural en América Latina. Este estudio reafirma que el cooperativismo puede constituirse en una alternativa estratégica para enfrentar los desafíos contemporáneos del campo, siempre que cuente con políticas de apoyo, infraestructura adecuada y una base asociativa comprometida.

5.2 Recomendaciones

A partir del análisis realizado sobre el cooperativismo rural y el caso de la cooperativa Global Cafés en el Huila (Colombia), se proponen las siguientes recomendaciones con el fin de fortalecer este modelo como estrategia de desarrollo territorial sostenible y equitativo.

Desde el plano organizativo y productivo, se sugiere priorizar la construcción de una sede propia con instalaciones adecuadas para la recepción, almacenamiento y transformación del café, lo cual mejoraría significativamente la capacidad logística y comercial de la cooperativa. También se recomienda implementar un sistema de trazabilidad digital que facilite el acceso a mercados diferenciados y refuerce la confianza de los compradores, aspectos que consolidan la sostenibilidad económica del modelo cooperativo.

En términos de fortalecimiento interno, es clave continuar ampliando los espacios de formación técnica y de liderazgo, especialmente

dirigidos a jóvenes y mujeres. Esto fomenta no solo el relevo generacional, sino que también promueve la equidad dentro de la organización, principios fundamentales del cooperativismo.

Desde la perspectiva ambiental, se sugiere avanzar hacia certificaciones como Comercio Justo u orgánico, las cuales consolidan prácticas sostenibles y permiten acceder a mejores precios. Para lograrlo, se recomienda promover alianzas con entidades públicas como el Servicio Nacional de Aprendizaje (SENA), el Ministerio de Agricultura y Desarrollo Rural o la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), y garantizar asistencia técnica especializada.

Adicionalmente, se recomienda fortalecer el fondo de solidaridad y los mecanismos internos de crédito, con el fin de reducir la vulnerabilidad financiera de los productores frente a crisis o emergencias climáticas. Estas acciones refuerzan la función del cooperativismo como red de apoyo y resiliencia rural.

En el plano institucional, se propone que las políticas públicas en Colombia fortalezcan el financiamiento específicamente orientado a cooperativas rurales que demuestren buenas prácticas ambientales y sociales. Asimismo, se considera necesario incluir el cooperativismo como parte del pensum escolar rural, fomentando una cultura organizativa y solidaria desde etapas tempranas.

Finalmente, se recomienda que futuras investigaciones amplíen el análisis de cooperativas rurales cafetaleras en otras regiones del Huila o América Latina, evaluando su capacidad de adaptación al cambio climático, su impacto organizativo y su viabilidad económica en modelos de comercio justo. De este modo, se contribuirá a comprender más profundamente el papel estratégico del cooperativismo rural en la construcción de territorios más resilientes, solidarios y sostenibles.

REFERENCIAS

AGENCIA DE DESARROLLO RURAL. **Global Cafés: Cooperativa Regional de Cafés Especiales**. 2025. Disponible en: <https://www.adr.gov.co/global-cafes-cooperativa-regional-de-cafes-especiales-coffee/>. Acceso en: 12 mayo 2025.

AGUDELO MONTES, Mauricio; LÓPEZ CABAL, Ana Teresa. **Simulador del costo de producción de café luego de una agregación de valor, estudio de caso empresa cooperativa de caficultores del centro del valle-Caficentro**. 2018. 61 f. Trabajo de grado (Maestría en Administración Económica y Financiera). Universidad Tecnológica de Pereira, Pereira, 2018.

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Declaración sobre la Identidad Cooperativa**. Manchester. 1995.

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Qué es una cooperativa**. 2024. Disponible en: <https://ica.coop/es/cooperativas/que-es-una-cooperativa>. Acceso en: 8 mayo 2025.

ARBOLEDA, Olga L.; ZABALA, Hernando E.; CUETO, Eduardo N. **El cooperativismo caficultor en Colombia: el caso de la Cooperativa de Caficultores de Andes en el Departamento de Antioquia, 1927-2015**. América Latina en la historia económica, v. 27, n. 1, 2020.

BANCO DE LA REPÚBLICA. **Tasa representativa del mercado - Histórica anual**. Bogotá, 2024. Disponible en: <https://www.banrep.gov.co/es/estadisticas/trm>. Acceso en: 13 mayo 2025.

CARAZO, Piedad Cristina Martínez. **El método de estudio de caso: estrategia metodológica de la investigación científica**. Pensamiento & Gestión, n. 20, p. 165-193, 2006.

CELIS-MINGUET, A. **El nuevo cooperativismo: Guía de capacitación y asesoría para la creación y fortalecimiento de empresas de trabajo asociado**. Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2003.

CHIANCA, Gustavo. **Cooperativismo é alternativa para implementar economia verde, defende FAO**. Nações Unidas Brasil, 2012. Disponible en: <https://brasil.un.org/pt-br/59767-cooperativismo-%C3%A9-alternativa-para-implementar-economia-verde-defende-fao>. Acceso en: 11 abr. 2025.

COQUE MARTÍNEZ, Jorge et al. **Las cooperativas en América Latina: visión histórica general y comentario de algunos países tipo**. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 43, 2002.

COQUE MARTÍNEZ, Jorge. **El cooperativismo rural en zonas desfavorecidas: una panorámica de los orígenes y situación actual en África, Asia y los antiguos países socialistas del Este de Europa**. Cuadernos de Desarrollo Rural, n. 47, p. 15-34, 2001.

DA MOTTA, Taís Flores. **O contexto como reflexo da comunicação do sistema cooperativista**. Revista Aedos, v. 4, n. 11, 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL ADMINISTRATIVO DE ESTADÍSTICA (DANE). **Estadísticas cafeteras**. 2018. Disponible en: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion>. Acceso en: 25 abr. 2025.

DEPARTAMENTO NACIONAL ADMINISTRATIVO DE ESTADÍSTICA (DANE). **Operaciones estadísticas**. 2023. Disponible en: <https://www.dane.gov.co/files/operaciones/PIB/departamental/bol-PIBDep-2022pr.pdf>. Acceso en: 12 mayo 2025.

FALCÓN PÉREZ, Carmen Esther; FUENTES PERDOMO, Juana. **Mejorando el bienestar de la sociedad a través del cooperativismo de plataforma**. CIRIEC-España Revista de Economía Pública Social y Cooperativa, 2019.

FARIAS, Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, 2013.

FAO. **Las cooperativas al servicio del desarrollo rural sostenible**. 2012. Disponible en: <https://www.fao.org/4/ap431s/ap431s.pdf>. Acceso en: 15 abr. 2025.

FEDERACIÓN NACIONAL DE CAFETEROS (FNC). **Estadísticas cafeteras**. 2023. Disponible en: <https://federaciondecafeteros.org/wp/estadisticas-cafeteras/>. Acceso en: 25 abr. 2025.

FEDERACIÓN NACIONAL DE CAFETEROS (FNC). **Quiénes somos**. 2025. Disponible en: <https://federaciondecafeteros.org/wp/federacion/quienes-somos/>. Acceso en: 8 mayo 2025.

FERNÁNDEZ, María Eugenia. **Las cooperativas: organizaciones de la economía social e instrumentos de participación ciudadana**. Revista de Ciencias Sociales (Ve), vol. 12, n. 2, p. 237-253, 2006.

FLORES, Baeza. **El cooperativismo en América Latina: Realidades, problemas y perspectivas**. Nueva Sociedad, v. 6, 1973.

GLOBAL CAFÉS. **Catálogo de cooperativas cafetaleras**. 2024. Disponible en: <https://progreso-foundation.org/wp-content/uploads/2024/02/Catálogo-Global-Cafés-Progreso.pdf>. Acceso en: 13 mayo 2025.

GOBERNACIÓN DEL HUILA. **La Plata y Gigante tienen las fincas cafeteras y cacaoteras más lindas del Huila**. 2023. Disponible en: <https://www.huila.gov.co/publicaciones/14373/la-plata-y-gigante-tienen-las-fincas-cafetera-y-cacaotera-mas-lindas-del-huila/>. Acceso en: 12 mayo 2025.

INFORMACOLOMBIA. **Ficha empresarial de Cooperativa Global Cafés**. 2024. Disponible en: <https://www.informacolombia.com.co/empresa/global-cafes-cooperativa-de-cafes-especiales>. Acceso en: 13 mayo 2025.

JIMÉNEZ, Manuel García. **Innovación en la creación de empleo desde la economía social**. La promoción del emprendimiento y la inserción social desde la economía social, 2018, p. 79.

JULIÁ, J. F.; BERNAL, E.; CARRASCO, I. **Economía Social y recuperación económica tras la crisis del COVID-19**. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 104, p. 7-33, 2022.

MENDOZA AYAVIRI, Roberto; PACHECO CHOQUE, Rubén; TARQUI CATAORA, Wagner. **Perspectivas en el comercio internacional de las organizaciones de pequeños productores de café: estudio de caso Cooperativa Agrícola Villa Oriente**. 2000. 91 f. Trabajo Dirigido (Carrera de Economía) – Universidad Mayor de San Andrés, Facultad de Ciencias Económicas y Financieras, La Paz 2000.

MINISTERIO DE COMERCIO, INDUSTRIA Y TURISMO (MINCIT). Huila. 2024. Disponible en: <https://www.mincit.gov.co/getattachment/2ec26c4e-f39c-4e1b-8027-381ee081a860/Huila.aspx>. Acceso en: 25 abr. 2025.

MOGROVEJO, Rodrigo; MORA, Alberto; VANHUYNEGEM, Philippe. **El cooperativismo en América Latina: Una diversidad de contribuciones al desarrollo sostenible**. La Paz: Oficina de la OIT para los Países Andinos, 2012.

MÓDULO, GUÍA DIDÁCTICA Y.; SALAZAR, Hernando Emilio Zabala. **Modelos económicos solidarios**. 2008.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Directrices relativas a las estadísticas sobre las cooperativas**. 2018. Disponible en: https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@stat/documents/meetingdocument/wcms_648777.pdf. Acceso en: 14 abr. 2025.

PERTILE, Viviana Claudia. **Las cooperativas en el contexto de las organizaciones de la economía social: breve reseña histórica**. Geográfica Digital, v. 10, n. 20, p. 1-18, 2013.

PROGRESO. **Catálogo de cooperativas cafetaleras – Global Cafés**. 2024. Disponible en: <https://progreso-foundation.org/wp-content/uploads/2024/02/Catálogo-Global-Cafés-Progreso.pdf>. Acceso en: 13 mayo 2025.

RAMÍREZ-DÍAZ, Luis Francisco; HERRERA-OSPINA, José de Jesús; LONDOÑO-FRANCO, Luis Fernando. **El cooperativismo y la economía solidaria: génesis e historia**. 2016.

SALAZAR, Hernando Emilio Zabala. **Modelos económicos solidarios: guía didáctica y modulo**. Medellín: Fundación Universitaria Luis Amigó (FUNLAM), 2008. 136 p.

SOLER, Enrique Gadea. **Cooperativismo y globalización**. Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo, n. 40, p. 49-62, 2006.

VÁZQUEZ, Javier Jorge; CEBOLLA, María Peana Chivite; RAMOS, Francisco Salinas. **La transformación digital en el sector cooperativo agroalimentario español: situación y perspectivas**. CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, n. 95, p. 39-70, 2019.

VILANOVA, Joan Carles. **Revisión bibliográfica del tema de estudio de un proyecto de investigación**. Radiología, vol. 54, n. 2, p. 108-114, 2012.

WIKIPEDIA. Figura 1: **Localización del área de estudio**. [Imagen 4]. 2021. Disponible en: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacion-del-area-de-estudio-para-identificar-y-caracterizar-tipologias-de_fig1_359836710. Acceso en: 12 mayo 2025.

WIKIPEDIA. **Mapa de Andes (Antioquia)**. [Imagen 1]. Disponible en: https://pt.wikipedia.org/wiki/Andes_%28Antioquia%29#/media/Ficheiro:Colombia - Antioquia - Andes.svg. Acceso en: 12 mayo 2025.

WIKIPEDIA. **Mapa de Tuluá**. [Imagen 2]. Disponible en: <https://es.wikipedia.org/wiki/Tulu%C3%A1#/media/Archivo:Colombia - Valle del Cauca - Tulu%C3%A1.svg>. Acceso en: 12 mayo 2025.

WIKIPEDIA. **Mapa de la Provincia de Caranavi**. [Imagen 3]. Disponible en: https://es.wikipedia.org/wiki/Provincia_de_Caranavi#/media/Archivo:Bolivia La Paz Caranavi.png. Acceso en: 12 mayo 2025.

WILSON, Alexandra et al. **Analicemos nuestra identidad cooperativa**. Seúl:
Alianza Cooperativa Internacional, 2021

ANEXO 1. GUIÓN DE PREGUNTAS

1. ¿Cuál es su nombre, edad y de dónde es?
2. ¿Hace cuánto tiempo es socio/a de la cooperativa Global Cafés?
3. ¿Desde cuándo se dedica al cultivo de café?
4. ¿Por qué decidió asociarse a la cooperativa? ¿Cuáles fueron los motivos principales?
5. ¿Qué beneficios o ayudas ha recibido por parte de la cooperativa desde que se asoció?
6. ¿Cuál es su vínculo actual con la cooperativa?
7. ¿Ha recibido cursos, capacitaciones, asesorías o asistencia técnica por parte de la cooperativa?
8. ¿En qué consisten esas asesorías o capacitaciones? ¿Cómo se desarrollan?
9. ¿Participa usted en la toma de decisiones dentro de la cooperativa?
¿Tiene voz y voto?
10. ¿Qué aspectos de su vida personal o familiar han mejorado desde que pertenece a la cooperativa?
11. ¿Qué aspectos le gustaría que la cooperativa mejorara?
12. ¿Cómo imagina a la cooperativa y a usted mismo/a dentro de 5 o 10 años?
13. ¿De qué manera se conecta ambientalmente con la cooperativa?
¿Existen prácticas ambientales que promuevan conjuntamente?
14. ¿Recomendaría a otros productores asociarse a la cooperativa? ¿Por qué?